

República Democrática de  São Tomé e Príncipe

(Unidade – Disciplina – Trabalho)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E FORMAÇÃO

CARTA DE

POLÍTICA EDUCATIVA

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(VISÃO 2022)

Primeira versão
Maio 2012

ÍNDICE

Abreviações e Acrónimos	1
RESUMO EXECUTIVO	2
CAPÍTULO I	9
INTRODUÇÃO	9
I: INTRODUÇÃO	10
1.1. Visão e Objectivos da Carta	11
1.1.1. Objectivos globais	11
1.1.2. Objectivos específicos	11
1.2. Constrangimentos a superar ou a ter em conta para alcançar os objectivos	12
1.3. Componentes da Carta	13
CAPÍTULO II	14
CONTEXTO GERAL	14
II: CONTEXTO GERAL DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO SANTOMENSE	15
2.1. Situação demográfica	15
2.2. Situação social	16
2.3. Contexto macroeconómico	17
2.2.1. Financiamento do Sector da Educação	18
2.3.2. O custo unitário de formação de um aluno Santomense	20
2.3.3. Contribuição de famílias no financiamento da educação	21
2.3.4. Eficiência Educativa	22
2.4. Contexto político	24
2.5. Intervenção do sector privado	24
2.6. Contexto internacional (apoios de parceiros de desenvolvimento)	25
CAPÍTULO III	27
SITUAÇÃO ACTUAL DO SISTEMA EDUCATIVO SANTOMENSE	27
III: DIAGNOSTICO E SITUAÇÃO ACTUAL DO SISTEMA EDUCATIVO: JUSTIFICAÇÃO DA CARTA	28
3.1. Educação Pré-escolar	28
3.2. Ensino Básico	28
3.3. Ensino Secundário	29
3.4. Ensino Técnico-Profissional	29
3.5. Ensino Superior	29
3.6. Educação para Jovens e Adultos (DEJA)	30
3.7. Gestão do Sistema Educativo	30
3.8. Rede Escolar: análise de Oferta/Demanda, Continuidade educativa e localização geográfica das escolas	31
3.8.1. Situação da Oferta Escolar	31

3.8.2. Análise da Continuidade Educativa na Escola	32
3.8.3. Localização geográfica dos estabelecimentos	33
3.8.4. Situação da Demanda Escolar	33
3.9. A Docência.....	33
CAPÍTULO IV.....	35
PERSPECTIVAS NO HORIZONTE 2022.....	35
IV: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO HORIZONTE 2022.....	36
4.1. Educação Pré-escolar.....	36
4.1.1. Objectivos.....	36
4.1.2. Estratégias	36
4.1.2.1. Estratégia nº 1	36
4.1.2.1.1. Acções Prioritárias.....	36
4.1.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos.....	38
4.2. Ensino Básico	38
4.2.1. Objectivos.....	38
4.2.2. Estratégias	38
4.2.2.1. Estratégia nº 1	38
4.2.2.2. Estratégia nº 2	39
4.2.2.2.1. Acções Prioritárias.....	39
4.2.2.3. Estratégia nº 3:	40
4.2.2.3.1. Acções Prioritárias.....	40
4.2.2.4. Estratégia nº 4	40
4.2.2.4.1. Acções Prioritárias.....	40
4.2.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos.....	41
4.3. Ensino Secundário	41
4.3.1. Objectivos.....	41
4.3.2. Estratégias	42
4.3.2.1. Estratégia nº 1	42
4.3.2.1.1. Acções Prioritárias.....	42
4.4. Ensino Técnico-Profissional	44
4.4.1. Objectivos.....	45
4.4.2. Estratégias	45
4.4.2.1.1. Acções Prioritárias.....	45
4.4.2.2. Estratégia nº 2	45
4.4.2.2.1. Acções Prioritárias.....	45
4.4.2.3. Estratégia nº 3	46
4.4.2.3.1. Acções Prioritárias.....	46
4.4.2.4. Estratégia nº 4	47

4.4.2.4.1. Acções Prioritárias.....	47
4.4.2.5. Estratégia nº 5	47
4.4.2.5.1. Acções Prioritárias.....	47
4.4.2.6. Estratégia nº 6	48
4.4.2.6.1. Acções Prioritárias.....	48
4.4.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos.....	48
4.5. Ensino Superior e Formação	49
4.5.1. Objectivos.....	49
4.5.2. Estratégias	49
4.5.2.1. Estratégia nº 1	49
4.5.2.1.1. Acções Prioritárias.....	49
4.5.2.2. Estratégia nº 2	50
4.5.2.2.1. Acções Prioritárias.....	50
4.5.2.3. Estratégia nº 3	50
4.5.2.3.1. 1Acções Prioritárias.....	50
4.5.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos.....	51
4.6. Educação para Jovens e Adultos (DEJA)	51
4.6.1. Objectivos.....	51
4.6.2. Estratégias	51
4.6.2.1. Estratégia nº 1	51
4.6.2.1.1. Acções Prioritárias.....	51
4.6.2.2. Estratégia nº 2	52
4.6.2.2.1. Acções Prioritárias.....	52
4.6.2.3. Estratégia nº 3	52
4.6.2.3.1. Acções Prioritárias.....	52
4.6.2.4. Estratégia nº 4	52
4.6.2.4.1. Acções Prioritárias.....	53
4.6.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos.....	53
4.7. Temas Transversais	53
4.7.1. Reforço de Capacidades institucionais e Técnicas do MECF para uma Gestão eficiente do Sistema Educativo	53
4.7.1.1. Objectivos	53
4.7.1.2. Estratégias.....	53
4.7.1.2.1. Estratégia nº 1.....	53
4.7.1.2.1.1. Acções Prioritárias.....	54
4.7.1.2.2. Estratégia nº 2:	54
4.7.1.2.2.1. Acções Prioritárias.....	54

4.7.1.2.3. Estratégia nº 3.....	55
4.7.1.2.3.1. Acções Prioritárias.....	55
4.7.1.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos.....	56
4.7.2. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).....	56
4.7.2.1. Objectivo	56
4.7.2.2. Estratégias.....	56
4.7.2.2.1. Estratégia nº 1.....	56
4.7.2.2.1.1. Acções Prioritárias.....	56
4.7.2.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos.....	57
4.7.3. Saúde Escolar	57
4.7.3.1. Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), e Higiene Escolar.....	57
4.7.3.2. Objectivos	58
4.7.3.3. Estratégias.....	58
4.7.3.3.1. Estratégia nº 1.....	58
4.7.3.3.1.1. Acções Prioritárias.....	58
4.7.4. A Escola e a Identidade cultural Santomense.....	59
4.7.4.1. Objectivos	59
4.7.4.2. Estratégias.....	59
4.7.4.2.1. Estratégia nº 1.....	59
4.7.4.2.1.1. Acções Prioritárias.....	59
4.7.4.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos.....	60
4.8. Quadro síntese da Carta	61
CAPÍTULO V	62
QUADRO ORGANIZACIONAL DE GESTÃO DA CARTA	62
V: QUADRO ORGANIZACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DA CARTA	63
5.1. Comité de Coordenação da Carta	63
5.2. Comité Técnico de Gestão	64
CAPÍTULO VI.....	65
NOTA FINAL	65
VI: CONCLUSÃO	66
BIBLIOGRAFIA	68

Abreviações e Acrónimos

AFAP	Agencia Fiduciária de Administração de Projectos
BM	Banco Mundial
DEJA	Direcção de Educação para Jovens e Adultos
DESF	Direcção do Ensino Superior e Formação
DPIE	Direcção de Planeamento e Inovação Escolar
EB1	Ensino Básico (1ª a 4ª classe)
EB2	Ensino Básico (5ª a 6ª classe)
EIC	Educação, Informação e Comunicação
ES1	Ensino Secundário (7ª a 9ª classe)
ES2	Ensino Secundário (9ª a 11ª classe)
EFOPE	Escola de Formação de Professores e Educadores
ENEF	Estratégia Nacional para a Educação e a Formação
ISP	Instituto Superior Politécnico
Fast-Track	Iniciativa Acelerada de Educação Para Todos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundo das nações Unidas para a População
FTP	Formação Técnico-Profissional
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
MECF	Ministério da Educação, Cultura e Formação
NEE	Necessidades Educativas Especiais
ODM	Objectivos de Desenvolvimento para o Milénio
OGE	Orçamento Geral do Estado
PAM	Programa Alimentar Mundial
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
PNASE	Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escalar
RESEN/STP	Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional de STP
STP	São Tomé e Príncipe
SSR	Saúde Sexual Reprodutiva
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO EXECUTIVO

Justificação da Carta

O Ministério da Educação, Cultura e Formação elaborou a presente *Carta de Política Educativa de São Tomé e Príncipe, Visão 2022* para responder aos importantes desafios colocados ao sistema educativo Santomense e oferecer aos decisores nacionais e aos parceiros de desenvolvimento uma base analítica sólida e credível, de médio e longo, susceptível de possibilitar um diálogo político frutuoso e instruir um processo consentâneo de tomada de decisões.

A sua elaboração foi fruto de uma frutuosa colaboração entre uma equipa do MECF, o Banco Mundial e o Pôle de Dakar UNESCO/BREDA. Este esforço conjunto e a metodologia de trabalho utilizada visam a promoção do reforço das capacidades nacionais em matéria da análise e elaboração de documentos de políticas estratégicas para o sector da educação.

Visão, Objectivo e Alcance da Carta

Para o Governo de São Tomé e Príncipe (STP), cabe ao sector educativo, proporcionar uma educação e formação de qualidade para todos os Santomenses, sem excepção. Esta visão global é traduzida, no presente documento em objectivos, estratégias e planos de acção de curto, médio e longo prazos (2022), tendo como meta final a garantia de 12 anos de escolaridade de boa qualidade, universal e gratuito, e o desenvolvimento de um Ensino Superior e Técnico Profissional de qualidade.

O MECF pretende fazer deste documento o instrumento federador da sua política para o sector, e de mobilização de recursos internos e externos. Nesta perspectiva, o Ministério irá propor ao governo e ao parlamento um *Pacto de Governação* que fará da presente Carta uma fonte de inspiração para a elaboração dos futuros programas de governo para o sector da educação nos próximos dez anos.

Elementos do contexto geral de desenvolvimento do sistema educativo Santomense

O actual contexto geral do país, embora caracterizado por um certo numero de constrangimentos e de desafios, são globalmente favoráveis ao desenvolvimento do sector, como a seguir se apresenta.

Situação demográfica

Uma transição demográfica favorável...!

Com uma população estimada em 166.700 habitantes (2011) e uma taxa de crescimento populacional que passou de 2%, entre 2001 e 2005, para 1,91% entre 2005 e 2010, São Tomé e Príncipe encontra-se actualmente em plena transição demográfica. Esta tendência de baixa irá continuar e atingirá 1,69% entre 2015 e 2020. Recorde-se que o crescimento anual média da população africana é de 2,45%.

Relativamente à população escolarizável do ensino básico (6-11 anos) e do secundário (12-17 anos) regista-se um ligeiro aumento em valor absoluto mas uma diminuição em valor relativo, (ver quadro nº1).

Quadro nº 1: Alguns indicadores demográficos (2001-2020)

	2001	2005	2010	2015	2020
População total	137.599	148.968	163.784	178.982	194.616
Taxa de crescimento da população (%)		(2001-2005) 2,00	(2005-2010) 1,91	(2010-2015) 1,97	(2015-2020) 1,69
População 6-11 anos e sua proporção na pop. total (%)	22.000 16,1	23.980 16,1	26.000 15,9	26.660 14,9	27.500 14,1
População 12-17 anos e sua proporção na pop. total (%)	20.000 15,0	21.300 14,3	23.500 14,4	25.230 14,1	26.000 13,4

Fonte: Pôle de Dakar UNESCO-BREDA

Este freio do crescimento da população é bastante positivo, pois, vai contribuir para a diminuição da pressão demográfica que pesaria sobre o sistema educativo nos próximos anos.

Situação social

Pouco favorável, apesar de progressos no domínio sanitário...!

STP é considerado como um dos países pobres da África subsariana. Ele ocupa 144ª posição num total de 169 países (relatório PNUD). Esta classificação explica-se essencialmente pela fraca qualidade de educação e prestação de serviço de saúde, e fraca renda familiar.

Em 2010, STP contava com 66,2% de pobres. A pobreza afecta mais as mulheres (71,3%) do que os homens (63,4%), ambos em consequência de um baixo nível de educação. O desemprego atinge 27% da população e o sub-emprego 14% da população activa, com maior incidência na população feminina. A taxa de alfabetização ronda os 88% na população de mais de 15 anos (2011).

STP possui um dos melhores dados sanitários do continente com uma taxa de mortalidade infantil de 37,4‰ e mortalidade juvenil de 46,9 ‰, (dados de 2010). A taxa de mortalidade infantil média africana situa-se em 80‰. A taxa de prevalência do HIV/SIDA mantém-se em 1,5%, uma das mais baixas da sub-região. Entretanto, STP depara com enormes problemas de malnutrição. Uma em cada três crianças menores de 5 anos sofre de malnutrição crónica moderada e uma em cada 8 sofre de malnutrição crónica severa. As carências nutricionais incidem-se particularmente em proteínas energéticas e insuficiências em vitaminas A e Iodo.

Embora os principais indicadores de saúde sejam globalmente positivos, eles necessitam ser sustentados, pois os progressos ainda são frágeis.

Contexto macroeconómico

Uma situação económica frágil mas promissora...!

STP passou de um país de rendimento fraco para um país de rendimento médio, (classificação do BM), com um PIB per capita de 1.356 Dólares americanos (2011). O país conheceu, desde 2001, um rápido crescimento do seu PIB, passando de 553 USD em 2001 para 1.356 USD em 2011, ou seja um crescimento médio anual de 5,2%. Conjugado com o crescimento demográfico, denota-se que a riqueza nacional cresceu a um ritmo bem superior ao crescimento da população, respectivamente 5,2% e 1,95%, entre 2001 e 2010. Paralelamente a este crescimento global da economia, constata-se igualmente um forte aumento da arrecadação de recursos próprios do Estado (receitas correntes) que passaram de 14,2% do PIB em 2001 para 19,6% do PIB em 2010. Contudo, as despesas totais do Estado praticamente triplicaram durante o mesmo período. As perspectivas futuras são tributárias de potencialidade, se se considerar os eventuais recursos petrolíferos.

O sector da educação constitui a primeira prioridade orçamental do governo Santomense. Em 2010, o Estado atribuiu 38,4% das suas despesas correntes a este sector. Recorde-se que a média africana situa-se em 22%. Entretanto, a repartição desta fatia por ciclo de ensino é bastante desequilibrada em favor do único ciclo do Ensino Superior, mais concretamente, das bolsas de estudo no exterior que arrecadou, em 2010, 44,5% das despesas correntes do MECF, contra 20,1% para o ensino básico, por exemplo.

Contexto político

Um ambiente e uma vontade política encorajadores...!

Apesar da instabilidade governativa recorrente que tem caracterizado o funcionamento das instituições da República desde a adopção do pluralismo político em 1990, STP é considerado um país relativamente pacífico e globalmente estável, pois, a alternância e a vitalidade políticas são alcançadas pelas vias institucionais e democráticas. O governo cultiva boas relações com os seus parceiros de desenvolvimento. A sua gestão macroeconómica é apreciada das instituições de Bretton Woods.

Em relação ao sector educativo, e como constatado anteriormente, existe, não somente uma vontade política manifeste em priorizar este sector mas, sobretudo, um certo consenso da classe política sobre o papel relevante da educação no processo do desenvolvimento nacional.

Um tal ambiente político pode ser considerado propício ao desenvolvimento das políticas e programas no sector da educação.

Intervenção do sector privado

Uma intervenção das iniciativas privadas emergente...!

Em STP, a intervenção do sector privado na oferta educativa é ainda fraca, apesar de existir uma forte demanda, particularmente no pré-escolar, Ensino Secundário e na formação técnico-profissional.

Parte das iniciativas privadas nos diferentes ciclos de ensino em STP apresenta-se de seguinte maneira:

No Pré-Escolar, o privado lecciona 6,6% das crianças; 0,5% no Ensino Básico; 1,1% no 1º ciclo do secundário e 12,1% no 2º ciclo do secundário; e 55,1% no ensino superior. Para além do Ensino Superior denota-se a existência de uma importante margem para a intervenção das iniciativas privadas no sistema educativo Santomense.

Contexto internacional

Uma parceria diversificada e atractiva...!

Que sejam elas as instituições bilaterais ou multilaterais de cooperação, todas consideram a educação como prioridade na luta contra a pobreza. Para o Banco Mundial, principal doador multilateral no domínio da educação na África, a prioridade para este continente é o “*desenvolvimento do capital humano através da melhoria quantitativa e qualitativa do ensino a todos os níveis, do primário ao superior*”. Nesta perspectiva, a educação consegue ainda mobilizar fundos para o seu desenvolvimento, apesar de um contexto de crise internacional menos favorável.

Em STP, o sector educativo beneficia de apoios de um certo numero de parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento. Graças a esta parceria o país obteve resultados bastante encorajadores nos últimos anos, particularmente no ensino básico. Alcançou a escolarização básica universal desde 2011.

Com a presente Carta, considerada como o instrumento federador de políticas educativas de médio e longo prazos, o governo dispõe, doravante de um quadro coerente de mobilização de fundos juntos dos seus parceiros.

Desempenho do sistema educativo

Um balanço mitigado...!

Do diagnóstico feito do sistema educativo Santomense depreende-se que, globalmente, progressos notáveis foram alcançados, nos últimos anos, particularmente nos domínios do acesso e da equidade. Todavia, muito falta fazer nos domínios da eficiência e qualidade do ensino, da gestão escolar e da formação do corpo docente.

O ensino básico universal é uma realidade desde 2011. Enquanto isso, os ciclos do pré-escolar e secundário acusam uma oferta escolar deficiente, apresentando, assim um enorme desafio para o Ministério, nos próximos anos. O ensino técnico profissional, considerado como uma alavanca importante no processo de desenvolvimento de STP é ainda pouco desenvolvido. E finalmente, o ensino superior, não somente é caro e selectivo mas sobretudo extrovertido. O essencial da formação faz-se no exterior com custos bastante elevados para o Estado, na ordem de 44,5% das despesas totais do Ministério. A grande aposta do governo será de desenvolver o ensino superior no país, invertendo a actual tendência de formação feita essencialmente no exterior.

A docência

O maior Calcanhar de Aquiles do sistema educativo santomense... !

A profissão, hoje em dia, é menos atractiva.

Dos 1.883 professores e educadores que o sistema possui actualmente cerca de 60% não possuem a formação pedagógica necessária para leccionar, e uma grande maioria possui um vínculo precário com o sistema educativo, denominado de eventual.

A deficiente gestão administrativa e pedagógica do sistema educativo não contribui para melhorar a situação, pois, em termos de quantidade o sistema acusa, globalmente, uma taxa de enquadramento de 26 alunos por professor, um rácio relativamente baixo em comparação com 40 alunos por professor registados nos países de comparação, (Ensino Básico). Em conclusão, o sistema comporta mais professores/educadores de que necessita. E enfim, a maioria dos professores do 2º ciclo do Ensino Básico e do Ensino secundário (os dois ciclos), dispensam horas de aulas bem menor do que deviam. Assim, 71% dos professores do ensino secundário dispensam menos de 14 horas de aulas semanais e, um pouco mais do que a metade (52,5%) dos professores deste ciclo de ensino dispensam 10 horas ou menos de aulas por semana.

Contudo, a classe docente em STP é a que menos remuneração auferem em comparação com os seus colegas de países de comparação.

Este sombrio panorama geral da situação da classe docente em STP representa um enorme desafio para as autoridades de tutela, nos próximos anos.

A oferta e demanda escolar

Regista-se uma cobertura da oferta escolar aceitável no Ensino Básico, mas bastante deficiente no ensino pré-escolar e secundário. A oferta de salas de aulas no EB situa-se na ordem de 59 indivíduos escolarizáveis para uma sala de classe, contra 157,6 no 1º ciclo do ensino secundário e 220,9 indivíduos no 2º ciclo do secundário (dados de 2009/2010). Será necessário nos próximos anos, despender um enorme esforço na construção de novas salas de aulas para fazer face a este enorme desafio que representa a oferta escolar nos ciclos do pré-escolar e secundário.

Em relação a demanda escolar, ou seja a questão de compreender porque as crianças/jovens em idade escolar não vão a escola ou a abandonam durante o percurso, o Inquérito Demográfico de Saúde (EDS) realizado em 2009, nos indivíduos de 15 a 24 anos, revelou que o abandono é devido essencialmente às razões financeira e limite de idade. Contrariamente ao que se podia pensar, o problema da demanda escolar não está ligado, essencialmente, ao acesso.

Na base de um tal contexto e balanço de desempenho do sistema educativo, são projectados os objectivos e as estratégias do sector da educação no horizonte de 2022.

Políticas e Estratégias de Desenvolvimento da Educação no horizonte 2022

A aposta das autoridades santomenses no sector educativo no horizonte de 2022 situa-se, essencialmente a dois níveis: *garantir a gratuitidade e a universalidade de 12 anos de escolarização, e desenvolver um ensino técnico-profissional e superior de qualidade, adaptado às reais necessidades do mercado de trabalho santomense*. Uma tal aposta faz apelo a um certo numero de acções e opções estratégicas que se resumem como segue.

Na Educação Pré-escolar

Dada a sua importância para a aprendizagem das crianças nos ciclos subsequentes a educação pré-escolar será obrigatória, gratuita, e universal para todas as crianças de 3-5 anos no horizonte de 2022. A consecução deste objectivo passa, essencialmente pela: **i)** expansão e melhoria da oferta, através da construção e apetrechamento de mais 171 salas daqui a 2022; **ii)** melhoria da qualidade de aprendizagem no Pré-escolar através, nomeadamente da formação e capacitação de mais 300 educadores e auxiliares; **iii)** aumento substancial de investimento do governo no ensino pré-escolar para os níveis de 10% a 15% das despesas correntes do MECF, contra 6,2% actualmente.

No Ensino Básico

Tratar-se-á de consolidar os bons resultados obtidos no Ensino Básico no domínio do acesso escolar, por um lado, e garantir a qualidade e a eficiência requeridas, por outro. As acções previstas para alcançar estes objectivos se resumem na: **i)** formação e capacitação de professores; **ii)** melhoria e o apetrechamento da rede escolar de forma equitativa e sustentável, garantindo a continuidade educativa dos alunos na escola, e enfim; **iii)** extensão do tempo de aprendizagem no Ensino Básico, passando das actuais 17,5 horas semanais para 25 horas.

Na perspectiva da escola para todos e da plena garantia da universalidade do ensino e formação, uma atenção particular será prestada ao desenvolvimento da **Educação Especial** em todos os ciclos de ensino, capacitando professores e educadores especializados em NEE. Serão adaptadas infra-estruturas escolares apropriadas para acolher estas crianças.

No Ensino Secundário

No horizonte 2022, o governo santomense pretende garantir a universalidade e a gratuidade de acesso ao Ensino Secundário de boa qualidade, até 12ª classe. Um grande desafio ao MECF, se tivermos em conta a situação actual deste ciclo, caracterizada pela fraca capacidade da oferta escolar, a fraca qualificação do corpo docente e a disparidade em termos de localização geográfica dos estabelecimentos do ensino secundário.

Trata-se de implementar medidas e políticas consentâneas e realizar investimentos robustos destinados a corrigir a situação actual e garantir um ensino secundário gratuito e de boa qualidade. A conquista deste importante objectivo passa, principalmente pela: **i)** melhoria da oferta escolar no Ensino Secundário, construindo 228 novas salas de aula daqui a 2022, e garantir a continuidade educativa na escola; **ii)** melhoria da qualidade e da eficiência do ensino e aprendizagem, através de formação e capacitação de 786 novos professores, da consolidação da reforma curricular em curso e da produção de manuais e outros equipamentos/materiais escolares.

No Ensino Técnico-Profissional

Dotar STP de recursos humanos capacitados com padrões aceitáveis de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de responder às exigências de uma economia moderna, projectando o país como “país de serviços”, constitui a principal aposta do governo para este sector, no horizonte 2022.

A conquista deste objectivo passa pela, **i)** afirmação de uma forte vontade política em considerar, de facto, a Formação Técnico-Profissional como uma das prioridades nacionais para o próximo decénio; **ii)** instalação de um sistema de ensino especializado com forte envolvimento do sector privado em todos os níveis; **iii)** adequação formação/emprego; **iv)** planificação estratégica e coordenação intersectorial da Formação Técnico-Profissional, dado o carácter transversal do seu impacto, e enfim; **v)** adopção e implementação de uma política apropriada de inserção profissional dos formados.

Trata-se, na verdade, de promover a articulação de um sistema nacional de ensino superior, técnico-profissional e secundário com o sistema económico. Uma opção, certo, que exige investimentos importantes mas à altura dos grandes benefícios esperados a longo prazo.

No Ensino Superior e Formação

A principal aposta do governo será de inverter a actual tendência de uma formação superior feita essencialmente no exterior, por um lado, e desenvolver oportunidades de formação local que tenha em conta as reais necessidades do mercado de trabalho Santomense, por outro. Tratar-se-á, nomeadamente, de: **i)** garantir uma oferta sustentada de um ensino superior de qualidade, diversificado e ajustado a padrões internacionalmente reconhecidos, capaz de disponibilizar recursos humanos à altura dos desafios do desenvolvimento sustentado de STP, e; **ii)** implementar uma política de planificação estratégica de médio e longo prazo deste nível de formação.

A consecução deste importante objectivo passa, num primeiro tempo, pela realização de um inventário/diagnóstico da situação actual, quer dos quadros formados e em formação no país e no exterior, quer dos estabelecimentos do ensino superior existentes, assim como das necessidades da formação superior de que necessita o país para fazer face aos desafios de desenvolvimento. Em seguida pela criação, entre outras opções possíveis, de uma Universidade Pública que seja capaz de dispensar

um ensino de qualidade e integrado (politécnico), e estabelecer curriculum e fileiras atractivos e adaptados às reais necessidades do país. E enfim, pelo condicionamento do processo de atribuição de bolsas para o exterior ao único critério de mérito e formação em doutoramentos e especialidades de ponta indispensáveis ao desenvolvimento do país.

Para a Gestão do Sistema Educativo

O sucesso da presente Carta depende da instalação de um bom sistema de gestão que seja capaz de traduzir a visão e as políticas educativas em resultados tangíveis para os diferentes beneficiários. Conscientes desta realidade, as autoridades apostam no reforço das capacidades institucionais do MECF no domínio da gestão administrativa e pedagógica do sistema. Trata-se de dotar o MECF de um sistema de gestão eficaz e eficiente, através: **i)** do reforço das funções da Coordenação e Planificação Estratégica do MECF, pela formação e capacitação do seu pessoal; **ii)** da utilização de tecnologias modernas de gestão e racionalização de investimentos e equipamentos; **iii)** da actualização e elaboração, se necessário, de instrumentos jurídico-legais adaptados às reformas a implementar; **iv)** da descentralização e descentralização de poderes decisores em matéria de gestão administrativa e pedagógica nas estruturas de base; **v)** da elaboração e implementação de um mecanismo de avaliação, quer em relação ao sistema quer em relação ao desempenho e efectivar a política de promoção nas carreiras.

Na Educação de Jovens e Adultos

No horizonte de 2022, as autoridades santomenses apostam na Erradicação definitivamente do analfabetismo nos jovens e adultos com mais de 15 anos, cuja taxa actual situa-se entre 12 a 15%, segundo as diferentes fontes. A expansão da rede de acesso à educação de jovens e adultos, em particular nas zonas mais carenciadas, a melhoria da qualidade e da eficiência de aprendizagem e o combate ao retorno ao analfabetismo, constituem algumas das acções prioritárias propostas para a consecução do objectivo da erradicação do analfabetismo no país.

Sobre os Temas Transversais

Pela importância do seu impacto no sistema educativo, os seguintes temas designados de transversais foram incluídos na Carta: Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), Escola e a Identidade cultural Santomense, a seguir resumidos.

Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) será adoptada como ferramenta estratégica para buscar eficiência, eficácia, inovação e alto desempenho do sistema educativo. Para tal o Ministério irá implementar o Projecto “**Escola em Rede**”, garantindo, entre outros, o fornecimento da energia eléctrica às escolas; o equipamento, de maneira equitativa e sustentável até 2022, de todas as escolas em TIC, e a formação do pessoal docente e não docente em TIC.

Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), enquanto um direito ao mesmo título que direito à vida, o direito à educação ou o direito à liberdade será privilegiada nos currículos escolares, porquanto o seu impacto na economia nacional é notável. A SSR é um dos pré-requisitos para a luta pela erradicação da pobreza.

Nesta perspectiva, competirá ao sector da educação garantir que as escolas ofereçam um pacote integrado de conhecimento sobre SSR e higiene em geral, e sirvam como vector nas campanhas de IEC sobre a luta contra VIH/SIDA e outras endemias, por lidar com quase todas as franjas da sociedade. Tratar-se-á de inculcar nos jovens este direito tão fundamental que é de exercer um controlo sobre o seu próprio corpo.

A Escola e a Identidade cultural Santomense, é retida, dentre os temas transversais, pelo importante papel que a escola deve jogar na preservação da identidade cultural Santomense e contribuir para a sua melhor inserção no mundo exterior. Tratar-se-á, essencialmente de promover o ensino e a investigação orientados para o conhecimento, a divulgação e a valorização do importante património histórico e cultural Santomense.

Conclusão

Para a República Democrática de São Tomé e Príncipe, e tendo em conta a sua localização geopolítica no golfe da Guiné e as potencialidades dos seus recursos naturais, apostar na educação é, incontestavelmente a melhor via para valorizar estes recursos e alcançar os melhores níveis do desenvolvimento almejado.

Actualmente, o país beneficia de um contexto geral globalmente favorável: **i)** uma transição demográfica favorável ao sector educativo; **ii)** um crescimento da riqueza nacional (5,2%) bastante superior ao crescimento da população (1,95%); **iii)** uma grande prioridade acordada ao sector educativo no orçamento geral de estado, e enfim; **iv)** uma parceria internacional bastante atractiva, apesar do contexto da crise mundial pouco favorável.

No que tange ao desempenho do actual sistema educativo, denotam-se, nos últimos 7 anos, progressos notáveis nos domínios do acesso ao ensino básico, da redução das taxas de reprovação e abandono nos diferentes ciclos de ensino e da paridade raparigas e rapazes. Contudo, tais progressos não devem esconder importantes desafios que faltam por vencer, nomeadamente desafio da qualidade e da eficiência do sistema educativo, da formação e capacitação do corpo docente, da gestão escolar, e enfim, do desenvolvimento de um ensino superior e técnico-profissional de qualidades e adaptados às necessidades do país.

O sucesso de um tal empreendimento, e em virtude das fraquezas estruturais do país, depende não apenas da vontade política interna mas sobretudo do apoio que o país poderá mobilizar junto dos seus parceiros externos. Para além do esforço de financiamento que o Estado tem vindo a despender para com a educação, as autoridades santomenses deverão engajar todos os seus esforços para garantir o sucesso da implementação da Carta, assinando, entre outros actos, um *Pacto de Governação* que fará da presente Carta uma fonte de inspiração para a elaboração dos futuros programas de governo para o sector da educação nos próximos dez anos. Um tal acto, conjugado com o empenho de financiamento interno, podem contribuir na sensibilização de mais parceiros e mobilizar fundos consequentes para a implementação da presente Carta.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

I: INTRODUÇÃO

A presente Carta de Política Educativa de São Tomé e Príncipe 2022, abreviadamente designada de Carta, pretende apresentar a visão de longo prazo do governo Santomense no domínio da educação. A decisão da sua elaboração foi tomada num retiro de reflexão de quadros do Ministério da Educação, em Junho de 2012, para: **i)** responder aos importantes desafios colocados pela evolução significativa do sistema Santomense nos últimos anos; **ii)** colmatar a insuficiência de instrumentos de políticas educativas baseados em dados e factos consistentes; **iii)** harmonizar e consolidar os diferentes instrumentos de políticas existentes no sector educativo e permitir ao Ministério, e em consequência ao governo “falar a uma só voz”, quando se trata de abordar o sector da educação; e finalmente, **iv)** oferecer aos decisores nacionais e aos parceiros de desenvolvimento uma base analítica sólida e credível susceptível de possibilitar um diálogo político frutuoso e instruir um processo consentâneo de tomada de decisões.

A elaboração da presente Carta beneficiou de várias experiências, das quais duas merecem um destaque particular. Primeiramente, a frutuosa colaboração entre uma equipa do MECF e um consultor do Banco Mundial. Com efeito, o Ministro da Educação designou uma equipa constituída de peritos e responsáveis de educação especialmente para coordenar o processo da elaboração da Carta. Este esforço conjunto constitui um facto tanto ou quanto raro e confere ao documento um carácter original e nacional indispensáveis ao processo de apropriação almejado. Em seguida, o processo da elaboração do documento beneficiou de uma metodologia posta em prática pelo Pôle de Dakar UNESCO/BREDA que consiste na exploração e valorização de dados disponíveis referentes ao sector educativo e aos domínios que influenciam directamente o sector. Estes dados são compilados e apresentados num documento denominado RESEN. Esta recolha e a metodologia utilizada permitiram disponibilizar uma análise mais acabada e detalhada do que aquela habitualmente facultada pelos cálculos dos indicadores e de estatísticas educativas. A elaboração de um modelo de simulação financeira com o devido enquadramento financeiro aos objectivos e às prioridades do governo para o sector da educação, constitui um dos produtos da colaboração com o Pôle de Dakar UNESCO/BREDA e é, sem dúvida a fatia que tanto faltava na produção do MECF.

A metodologia de trabalho utilizada visa a promoção do reforço das capacidades nacionais em matéria da análise e elaboração de documentos de políticas estratégicas para o sector da educação.

Para além de um resumo executivo no qual são sintetizadas as principais informações da Carta, o presente documento é composto de 6 capítulos, assim organizados.

Um primeiro capítulo, introdutório, que anuncia os contornos gerais do documento e apresenta os objectivos da Carta. Nele, é sublinhada a importância de ter em conta um certo numero de constrangimentos que possa impedir a consecução dos objectivos.

O segundo capítulo situa a Carta no contexto geral do país, pois, o exercício de projecção de médio e longo prazo do sistema educativo Santomense exige a tomada em consideração destes elementos do contexto e sua evolução futura.

Em complemento ao contexto geral do país, um diagnóstico sintético do desempenho do actual sistema educativo Santomense é apresentado no capítulo 3, servindo como ponto de partida ao exercício de projecção de médio e longo prazo, objecto principal da Carta.

Baseando-se nos capítulos precedentes, o 4º projecta os objectivos, as estratégias e as acções prioritárias de cada subsistema no horizonte de 2022.

O capítulo 5 apresenta um quadro organizacional de implementação da Carta que se pretende simplificado, funcional e eficiente. Nele, é salientado o carácter inclusivo da composição do Comité de Coordenação da Carta.

Uma nota final marca o desfecho do documento. Nela, destaca-se a expressão da vontade política das autoridades da tutela na implementação exitosa da Carta.

1.1. Visão e Objectivos da Carta

1.1.1. Objectivos globais

O presente documento retoma o objectivo global do Governo de STP para o sector educativo que consiste em proporcionar uma educação e formação de qualidade para todos os Santomenses, sem excepção, cumprindo assim com as directrizes dos OMD, da Conferência Mundial de Jomtien em Tailândia, do Fórum de Dakar (Educação Para Todos), e da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, Espanha.

Esta visão global do governo é traduzida, no presente documento em objectivos, estratégias e planos de acção de curto, médio e longo prazos (2022), tendo como meta final a garantia de 12 anos de escolaridade de boa qualidade, universal e gratuito, e o desenvolvimento de um Ensino Superior e Técnico Profissional de qualidade.

1.1.2. Objectivos específicos

- Garantir, de maneira gradual e sustentável, o acesso a um ensino de qualidade de 12 anos, universal e gratuito para todos os jovens santomense no horizonte de 2022;
- Desenvolver um Ensino Técnico Profissional de qualidade e proceder a sua articulação com o ensino Secundário e Superior, e com o sistema económico nacional;
- Desenvolver a oferta de um ensino superior de qualidade, integrado e adaptado as reais necessidades do mercado de trabalho santomense e inverter a proporcionalidade a favor da formação dentro do país;

- Implementar uma política de formação e capacitação de alto nível destinada à classe docente e aos demais quadros do MECF de forma a responder ao desafio da qualidade e da eficiência do sistema educativo;
- Garantir o alargamento, a adaptação (NEE) e o apetrechamento equitativo da rede escolar e dotá-la de condições materiais e pedagógicas aceitáveis;
- Promover o desenvolvimento de capacidades institucionais do MECF, com vista a garantir uma gestão bem sucedida do sistema educativo santomense;
- Harmonizar os diferentes instrumentos de política educativa do MECF num documento de estratégia de curto, médio e longo prazos, elaborado na base de dados e factos consistentes e que seja capaz de facilitar um diálogo político e um processo de tomada de decisão por parte dos governantes e dos parceiros de desenvolvimento.

O MECF pretende fazer deste documento o instrumento fundamental e federador de políticas educativas, da planificação estratégica, de mobilização de recursos internos e externos, e em consequência, o documento no qual deverão inscrever-se todas as intervenções no sector educativo Santomense nos próximos dez anos. Nesta perspectiva, o MECF irá propor ao governo e ao parlamento um *Pacto de Governança* assente num largo compromisso entre todas as forças políticas nacionais de que os programas de governo para o sector da educação de São Tomé e Príncipe nos próximos dez anos inspirar-se-ão na presente Carta.

1.2. Constrangimentos a superar ou a ter em conta para alcançar os objectivos

Foram identificados e hierarquizados os principais obstáculos, a seguir listados, que podem impedir a realização dos objectivos:

1. A instabilidade política e governativa;
2. A falta de vontade política;
3. A falta de motivação do corpo docente (questão de remuneração da classe docente);
4. A insuficiência de recursos humanos, financeiros e materiais;
5. A fraca qualificação e a insuficiência dos professores e educadores;
6. A pobreza e a precariedade generalizadas;
7. A deficiente organização e funcionamento da Administração Pública, em geral e do MECF em especial;
8. A capacidade de absorção de recursos financeiros e da implementação de políticas estratégicas de médio e longo prazo;
9. A fraca oferta e diversificação dos serviços técnico-profissionais, com destaque ao sector da construção civil;
10. O fraco envolvimento dos demais actores, nomeadamente a sociedade civil, a comunidade local, o sector privado e as autarquias;
11. As ameaças não convencionais: HIV/SIDA e outras endemias, catástrofes naturais, etc.

A observância e a elaboração de estratégias e cenários para minimizar os efeitos negativos do impacto destes factores são fortemente recomendadas.

1.3. Componentes da Carta

O presente documento integra a quase totalidade das componentes do sistema educativo constantes na Lei de Bases do Sistema Educativo (lei nº 2/2003), detalhadas em objectivos, estratégias, indicadores de desempenho e metas fixadas para o horizonte de 2022, assim discriminadas: *Educação Pré-escolar; Ensino Básico; Ensino Secundário; Ensino Técnico-Profissional; Ensino Superior; Educação para Jovens e Adultos*; e quatro temas transversais que são, *Gestão do Sistema Educativo; Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); Saúde Escolar; e Escola e Identidade Cultural Santomense*. Esta estruturação coloca em relevo o carácter interdependente e de interligação entre os diferentes subsistemas.

Igualmente, faz parte integrante do documento, um Anexo de Plano de Acção Decenal, no qual estão reflectidos os custos detalhados dos programas da Carta.

CAPÍTULO II
CONTEXTO GERAL

II: CONTEXTO GERAL DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO SANTOMENSE¹

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é um país insular, situado no Golfo da Guiné a 250km da costa de África e composto de duas ilhas principais São Tomé (864 km²) e a ilha do Príncipe (134 km²). A divisão administrativa do país aponta para seis Distritos na ilha de S. Tomé que são: Agua Grande, Cantagalo, Caué, Lembá, Lobata, Mé-Zochi e a Região Autónoma do Príncipe.

Independente em 1975, STP enveredou, num primeiro momento, por um modelo de economia centralizada com regime político de Partido único, antes de optar pela economia de mercado e para o pluralismo democrático, em 1990.

O actual contexto demográfico, social, económico, político e internacional no qual desenvolve o sistema educativo santomense é caracterizado por um certo numero de constrangimentos, de trunfos e de desafios que se resumem a seguir.

2.1. Situação demográfica

Uma transição demográfica favorável...!

A população de São Tomé e Príncipe é estimada, em 2011, a 166.700 habitantes, dos quais as mulheres representavam 51,4%. Os dois Distritos do Centro, (Agua Grande e Mé-Zochi) concentram 65% da população, enquanto que os do Norte (Lobata e Lemba), 19%, do Sul (Cantagalo e Caué) 14%, e Príncipe 4%.

De acordo com os dados do Pôle de Dakar UNESCO/BREDA (RESEN São Tomé e Príncipe), STP encontra-se actualmente em plena transição demográfica, como testemunha a baixa progressiva das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade (ver quadro 1). O crescimento anual médio da população tem vindo a diminuir nos últimos anos, passando de 2%, entre 2001 e 2005, para 1,91% entre 2005 e 2010. Estima-se que esta tendência de baixa irá continuar e atingirá 1,69% entre 2015 e 2020. Recorde-se que o crescimento anual média da população africana é de 2,45%.

Relativamente à população escolarizável do ensino básico (6-11 anos) e do secundário (12-17 anos) regista-se um ligeiro aumento em valor absoluto mas uma diminuição em valor relativo. Assim, em 2010, a população de faixa etária de 6-11 anos atingiu 26.000 em 2010 contra 22.000 em 2001. Ela atingiria 27.500 em 2020. A da faixa etária de 12-17 anos passou de 20.600 em 2001 para 23.500 em 2010 e estima-se que ela atingirá 26.000 em 2020. Em valor relativo, a diminuição é de 16,1% para 15,9% na população de faixa etária de 6-11 anos e de 15% para 14,4% na população de 12-17 anos, durante o mesmo período.

Quadro nº 1: Alguns indicadores demográficos (2001-2020)

¹ Todos os dados que serviram para elaborar este capítulo foram explorados do documento RESEN São Tomé e Príncipe, Pôle de Dakar (UNESCO BREDA), 2011.

	2001	2005	2010	2015	2020
População total	137.599	148.968	163.784	178.982	194.616
Taxa de crescimento intercensitário da população (%)		(2001-2005) 2,00	(2005-2010) 1,91	(2010-2015) 1,79	(2015-2020) 1,69
População 6-11 anos	22.000	23.980	26.000	26.660	27.500
Proporção pop. 6-11 anos na pop. total (%)	16,1	16,1	15,9	14,9	14,1
População 12-17 anos	20.000	21.300	23.500	25.230	26.000
Proporção pop. 12-17 anos na pop. total (%)	15,0	14,3	14,4	14,1	13,4
Índice Sintético de Fecundidade (‰)	4,7	4,3	3,8	3,4	3,1
Taxa Bruta Natalidade (‰)	35,6	33,9	30,7	27,8	25,0
Taxa Bruta Mortalidade (‰)	8,5	7,6	6,4	5,7	5,2
Esperança de vida (anos)	63,8	65,6	67,6	69,2	70,5

Este freio do crescimento da população vai contribuir na diminuição da pressão demográfica que pesaria sobre o sistema educativo, moderando assim as necessidades quantitativas da escolarização e, em consequência, as necessidades em infra-estruturas físicas, nos próximos decénios.

2.2. Situação social

Pouco favorável apesar de progressos no domínio sanitário...!

No último relatório do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano, STP ocupa 144^a posição num total de 169 países, contra 127^a posição em 2010. Esta descida, independentemente da introdução de um novo método de cálculo entre os dois períodos, se explica essencialmente pela fraca qualidade de educação e prestação de serviço de saúde, e fraca renda familiar.

De acordo com o relatório do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF), STP contava com 66,2% de pobres, em 2010, ou seja, pessoas cujas despesas são inferiores a 30.071 Dobras por dia e *per capita*. A pobreza afecta mais as mulheres (71,3%) do que os homens (63,4%), ambos em consequência de um baixo nível de educação. Ela é um fenómeno mais rural do que urbano. A proporção dos trabalhadores pobres é aquela que permanece mais tempo no mercado de trabalho, para além dos 65 anos, indica o mesmo relatório. O acesso a electricidade e água potável é mais frequente no meio urbano do que no meio rural. A incidência da pobreza é ainda mais sentida no seio de um grupo de indivíduos considerados mais vulneráveis, nomeadamente as mulheres solteiras, as crianças órfãs e os deficientes.

Entretanto, o país se urbaniza de maneira galopante, pois, em 1990/1991 a população rural passou de 66% da população total para 55% em 2001 e, a partir da estimação feita em 2010, a população urbana representara 61% da população total.

De acordo com o *Relatório de Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (2007)*, o desemprego atinge 27% da população e o sub-emprego 14% da população activa, com maior incidência na população feminina.

Dados disponíveis de 2011 apontam para uma taxa de alfabetização em cerca de 88% na população de mais de 15.

STP possui um dos melhores dados sanitários do continente com uma taxa de mortalidade infantil de 37,4‰ e mortalidade juvenil de 46,9 ‰, de acordo com os dados de 2010. A taxa de mortalidade infantil média africana situa-se em 80‰. A taxa de prevalência do HIV/SIDA mantém-se em 1,5%, uma das mais baixas da sub-região.

Entretanto, STP depara com enormes problemas de malnutrição. Ora, a nutrição na primeira infância é um factor importante para aprendizagem escolar. Dados citados no *Relatório Final da Avaliação do PAM, 2011*, dão conta de que 1 em cada 3 crianças menores de 5 anos sofre de malnutrição crónica moderada e 1 em cada 8 sofre de malnutrição crónica severa. As carências nutricionais incidem-se particularmente em proteínas energéticas e insuficiências em vitaminas A e Iodo. O mesmo relatório instrui que a situação de bem-estar das famílias tem uma forte influência sobre o estado nutricional das crianças, pois, a proporção de crianças com malnutrição crónica severa é 3 vezes mais alta nos agregados mais pobres do que os mais ricos.

Deve-se destacar o papel importante do PAM na alimentação escolar através das chamadas cantinas escolar. Esta contribuição permitiu não somente melhorar a situação de malnutrição descrita, mas sobretudo a aprendizagem das crianças e sua retenção nas escolas, contribuindo assim na diminuição das taxas de abandono e reprovação.

O clima tropical húmido do país favorece o desenvolvimento de certas doenças, nomeadamente paludismo, parasitas intestinais e bronquites asmáticas.

Embora os principais indicadores de saúde sejam globalmente positivos, eles necessitam ser sustentados, pois os progressos ainda são frágeis.

2.3. Contexto macroeconómico

Uma situação económica frágil mas promissora...!

Com um PIB per capita de 1.356 Dólares americanos (2011), STP passou de um país de rendimento fraco para um país de rendimento médio, (classificação do Banco Mundial). O país conheceu, desde 2001, um rápido crescimento do seu PIB, passando de 553 USD em 2001 para 1.356 USD em 2011, ou seja, um crescimento médio anual de 5,2%. Conjugado com o crescimento demográfico, denota-se que a riqueza nacional cresceu a um ritmo bem superior ao crescimento da população. Assim, entre 2001 e 2010 a população cresceu de 1,95% em médio por ano, enquanto que a riqueza nacional aumentou de 5,2% em média e por ano. Paralelamente a este crescimento

global da economia, constata-se igualmente um forte aumento da arrecadação de recursos próprios do Estado (receitas correntes) que passaram de 14,2% do PIB em 2001 para 19,6% do PIB em 2010. Contudo, esta evolução global de receitas, fruto da melhoria tendencial da capacidade fiscal do Estado está longe de equilibrar as contas do Estado Santomense. Na verdade, as despesas totais do Estado praticamente triplicaram durante o mesmo período, passando de 687 bilhões a 1.895 bilhões de Dobras. Os recursos próprios do Estado são bastante fracos para fazer face as suas despesas. Este facto constitui um enorme risco de agravamento do peso da dívida interna e da dependência do Estado em relação ao financiamento externo. Comparadas com as de países africanos com o mesmo nível de desenvolvimento² (*Países Africanos de Comparação*), as receitas correntes do Estado Santomense em proporção da riqueza nacional (PIB) são bastante fracas. A media das receitas correntes destes países representa 24% do PIB contra 19,6% do PIB em STP. As despesas globais do Estado santomense são financiados a mais de 80% pelo financiamento externo. As perspectivas futuras são tributarias de potencialidade, se tivermos em conta os eventuais recursos petrolíferos.

2.2.1. Financiamento do Sector da Educação

...e o sector da educação constitui a primeira prioridade orçamental do governo Santomense!

Na verdade, as despesas do Estado para com a educação foram multiplicadas por 16 em termo nominal e por 5 em termo de volume, desde 2002. Elas passaram de 65,9 bilhões de Dobras (constantes do ano 2010) para 352,5 bilhões de Dobras, entre 2002 e 2010, ou seja, de 2,7% a 9,2% do PIB. Em relação a parte da educação nas despesas correntes do Estado (serviço da dívida excluída), esta passou a 23,8% em 2005, depois a 40,2% em 2009 e 38,4% em 2010. A media dos *Países Africanos de Comparação* é de 25%. A media africana situa-se em 22%.

A repartição desta fatia por ciclo de educação é bastante desequilibrada em favor do único ciclo do Ensino Superior, mais concretamente, das bolsas de estudo no exterior (**Quadro 2**). Assim, em 2010, 44,5% das despesas correntes do MECF foram para bolsas de estudo no exterior, contra 36,2% para o salário do pessoal e 15,6% para as despesas de funcionamento.

² De acordo com o Polé de Dakar, a comparação é feita com os países africanos cujo PIB per capita situa-se entre 700 a 4.000 Dólares americanos em 2010, de acordo com a classificação do BM. Doravante falar-se-á de *Países Africanos de Comparação* para se referir a esta situação.

Quadro 2: Composição das despesas correntes por ciclo de ensino, MECF, 2010
Em percentagem do total por subsector

	Pessoal efectivo *			Funcionamento	Bolsas	Social **	Transferências ***	Total
	Etabl.	Adm.	Total					
Jardins e Creches	65,6%	6,1%	71,6%	27,8%	0,0%	0,5%	0,0%	100%
Ensino Básico	62,1%	7,6%	69,7%	29,7%	0,0%	0,5%	0,0%	100%
Ensino Secundário (geral e qualificante)	50,4%	2,7%	53,0%	21,1%	25,8%	0,1%	0,0%	100%
EFOPE (Formação de professores do básico)	32,0%	0,9%	32,9%	67,0%	0,0%	0,1%	0,0%	100%
Ensino Superior	5,2%	0,1%	5,3%	3,1%	84,2%	0,0%	7,3%	100%
DEJA (Educação de Jovens e Adultos)	69,9%	2,5%	72,4%	27,5%	0,0%	0,1%	0,0%	100%
Cultura	0,0%	45,0%	45,0%	53,3%	0,0%	0,1%	1,6%	100%
Total MECF	32,4%	3,8%	36,2%	15,6%	44,5%	0,2%	3,4%	100%

Fonte: Pôle de Dakar UNESCO/BREDA

- “Etabl”, significa pessoal em posto nos estabelecimentos (essencialmente professores); ** Trata-se de despesas com a alimentação escolar e ajuda aos alunos desfavorecidos; ***Despesas de transferências correntes à instituições nacionais ou estrangeiras.

Se compararmos a composição das despesas correntes da educação em STP com a dos *Países Africanos de Comparação*, (**Quadro 3**), denota-se:

- O sub-financiamento do ensino básico em STP com apenas 20,1% das despesas correntes do Ministério afectas a este ciclo contra 42,8% em media dos *Países Africanos de Comparação*;
- O Ensino Secundário é igualmente sub-financiado, sobretudo se tivermos em conta o facto que STP se aproxima da escolarização primaria universal. Nestas circunstancias, e de acordo como Pôle de Dakar, STP deveria afectar pelo menos 30% das despesas correntes da educação ao Ensino secundário, tendo em conta o potencial aumento da demanda;
- O sector de alfabetização é comparativamente bem financiado com 6,5% das despesas. De acordo com o Pôle de Dakar, este sector recebe menos de 1% das despesas de educação em muitos outros países africanos;
- O ensino superior é aquele que mais beneficia do financiamento com 44,5% das despesas totais do Ministério. Comparado com outros países africanos com o mesmo nível de desenvolvimento, STP é aquele que afecta tantos recursos no ensino superior. A media dos *Países Africanos de Comparação* situa-se em 19,3%. O financiamento do ensino superior, mais concretamente das bolsas de estudo ao exterior faz-se em detrimento dos restantes ciclos de ensino.

Quadro 3 : Locação intersectorial das despesas correntes de Educação, 2010
Em milhões de dobras e em % do total

	Despesas correntes incluindo Príncipe		Media de países africanos de comparação
	Montante em milhões de Dobras	%	
Jardins e Creches	18 461	6,2%	nd
Ensino Básico	59 906	20,1%	
Ciclo1 (quatro anos)	37 192	12,5%	42,8%
Ciclo 2 (dois anos)	22 714	7,6%	
Ensino secundário geral	52 013	17,4%	28,6%
EFOPE (Formação de professores do básico)	1 176	0,4%	nd
Ensino Superior	132 558	44,5%	
No país	26 166	8,8%	19,3%
Bolsas de estudo no exterior	106 392	35,7%	
DEJA (Educação de Jovens e Adultos)	19 527	6,5%	nd
Ensino Técnico e Profissional	14 569	4,9%	
Formação qualificante – MECF	8 110	2,7%	5,4%
Formação profissional fora do MECF	6 459	2,2%	
Outros			3,9%
Conjunto	298 210	100,0%	100%

Fonte: Pôle de Dakar

2.3.2. O custo unitário de formação de um aluno Santomense

...quando o custo unitário de formação de um aluno santomense é fraco em comparação internacional

A despesa pública corrente por aluno varia muito de um ciclo a outro. Assim, o custo unitário de um aluno do ensino básico é de 1,7 milhões de Dobras contra 29,2 milhões de Dobras para o seu irmão mais velho que frequenta o ensino superior. O custo unitário de uma criança no jardim infantil custa o mesmo que um alfabetizado (2,4 milhões de Dobras), mas é 40% superior ao custo de um aluno do primário. Um aluno do secundário geral custa quase o triplo de um aluno do primário (5 milhões contra 1,7 milhões de Dobras). A Formação Técnico-profissional custa, no seu conjunto, 8,2 vezes o custo de um aluno do primário e 2,9 vezes o de um aluno do secundário geral. A formação qualificante, administrada pelo MECF é a mais cara, pois ela representa 5,5 vezes o custo de um aluno do ensino secundário geral. A formação profissional administrada fora do MECF custa menos que a formação qualificante.

Quadro 4: Comparação internacional dos custos unitários de formação em 2008 ou anos avizinhos

Em percentagem do PIB por habitante

	São Tomé é Príncipe, 2010		Média dos Países Africanos de comparação	
	Custo unitário	Índice em relação ao primário	Custo unitário	Índice em relação ao primário
Pré-escolar	10,5%			
Ensino básico (primário)	7,5%	1,0	16,4%	1,0
Ensino Secundário geral	21,8%	2,9	34,1%	2,1
Ensino Técnico Profissional	62,3%	8,2	156,6%	9,6
Formação qualificante – MECF	119,3%	15,6		
Formação profissional fora do MECF	39,0%	5,1		
Ensino Superior (no país)	135,1%	17,7	192,0%	11,7

Fonte: Pôle de Dakar (UNESCO-BREDA)

Nota: A comparação é feita com uma dezena de países africanos com o PIB per capita compreendido entre 700 e 1800 dólares americanos.

Contudo, os custos unitários de formação em STP, todos os ciclos confundidos, são relativamente fracos em comparação com os países africanos com o mesmo nível de desenvolvimento, (**ver quadro 4**).

Em regra geral, os custos unitários têm tendência a aumentar na medida que a taxa de enquadramento é fraco, (número médio de alunos por professor) ou seja, uma taxa de enquadramento moderada supõe a existência de um numero importante de professores, portanto um custo mais elevado em salários. No caso de STP a taxa de enquadramento é relativamente moderada. Por exemplo, no EB conta-se em media 30,9 alunos por professor contra 42,6 nos *Países Africanos de Comparação*. Nestas circunstâncias o custo unitário de um aluno do primário deveria representar 40% mais alto em STP, mas não é o caso. A principal razão encontra-se no salário médio dos professores Santomenses que é relativamente baixo em comparação com os seus colegas de *Países Africanos de Comparação*. Assim, um professor de EB em STP recebe um salário médio anual equivalente a 1,5 vezes o PIB por habitante contra 4,4 vezes o PIB por habitante para o seu colega leccionando num dos *Países Africanos de Comparação*.

2.3.3. Contribuição de famílias no financiamento da educação

Uma contribuição marginal...!

Em STP a parte das despesas de famílias para com a educação dos seus educandos representa em media 8,57% das despesas correntes do Estado para com a educação, (orçamento do Estado + as despesas das famílias), e todos os ciclos considerados., assim detalhada: 13,1% para o pré-escolar, 6,4% para o ensino básico, 7,6% para o ensino secundário e 7,2% para o ensino superior. A percentagem relativamente alta no pré-escolar pode explicar-se pelo facto da classe mais favorecida escolher de escolarizar as suas crianças nos estabelecimentos privados que são naturalmente mais custosos. Comparados com os *países africanos de comparação*, constata-se que estes gastam em media 28%. Esta fraca co-participação de famílias, em comparação com outros países, é devido ao forte investimento do Estado Santomense no sector da

educação. As famílias localizadas no meio chamado rural gastam mais do que as do meio urbano devido ao factor transporte escolar, pois a oferta escolar é mais importante nas zonas urbanas do que nas chamadas rurais.

2.3.4. Eficiência Educativa

... e São Tomé e Príncipe dispõe de um coeficiente de eficiência ligeiramente abaixo da media dos Países de Comparação

Trata-se aqui de medir a eficiência na utilização de recursos públicos do sector educativo, colocando em relação os resultados obtidos, em termos de cobertura global do sistema, e os financiamentos públicos alocados. Os peritos do Pólo de Dakar UNESCO/BREDA, calculam esta eficiência colocando em perspectiva duas variáveis que são esperança de vida escolar³ e a proporção media da riqueza nacional (PIB) consagrada a educação, num dado período.

Quadro 5: Comparação internacional das despesas públicas de educação em % do PIB (media 2000-2010), esperança de vida escolar e coeficiente de eficiência (anos de EVE/despesas publicas em % do PIB)

	Media das despesas publicas de educação em % do PIB no decurso do decénio 200- 2010	Esperança de vida escolar (numero de anos)	Coeficiente de eficiência (EVE / despesas publicas de educação em % do PIB)
São Tomé e Príncipe (2011)	4,6	9,8	2,1
Djibouti (2008)	8,3	5,7	0,7
Níger (2010)	3,5	4,9	1,4
Senegal (2009)	4,2	6,7	1,6
Congo (2009)	5,0	8,1	1,6
Marrocos (2009)	5,7	9,3	1,6
Mali (2009)	3,4	5,9	1,7
Etiópia (2008)	4,4	7,8	1,7
Tunísia (2009)	7,0	12,5	1,8
Gana (2009)	5,4	9,7	1,8
Cabo-Verde (2009)	5,8	11,0	1,9
Chade (2009)	3,0	5,7	1,9
Mauritânia (2008)	3,6	7,1	2,0
Tanzânia (2009)	4,6	9,5	2,0
Ruanda (2008)	4,2	8,7	2,1
Benim (2009)	3,7	8,6	2,3
Gabão (2008)	3,0	7,7	2,5
Madagáscar (2009)	3,2	8,1	2,6
Uganda (2009)	3,6	9,7	2,7
Camarões (2009)	3,0	8,3	2,7
Maurícias (2008)	3,8	11,6	3,0
República Centro-Africano (2009)	1,5	5,0	3,4
Gâmbia (2010)	2,2	8,1	3,7
Guiné-Bissau (2010)	1,4	8,0	5,6
Media dos 23 países	4,1	8,2	2,3

Fonte : Pólo de Dakar (UNESCO/BREDA)

³ Esperança de vida escolar se define como o numero total de anos de escolaridade que uma criança pode esperar validar tendo em conta as condições actuais do sistema educativo.

De acordo com o Pólo de Dakar, a esperança de vida escolar em STP, passou de 8,0 anos em 2007/2008 para 9,8 anos em 2010/2011 (**Quadro 5**). Os recursos públicos alocados ao sector da educação representam em média 4,6% do PIB entre 2002 e 2010, o que representa um coeficiente de eficiência de 2,1. A média dos *Países Africanos de Comparação* situa-se em 2,3. Dos 23 países comparados somente 9 possuem um coeficiente de eficiência superior ao do STP. Sendo o Djibouti o menos eficiente com um coeficiente de 0,7 para 8,0 anos de esperança de vida escolar e 5,7% do PIB afetos a educação. A Guiné-Bissau aparece como país mais eficiente com um coeficiente de 5,6 para 8 anos de esperança de vida escolar e apenas 1,4% da riqueza nacional afeta a educação. A Tunísia é o país que afeta maior recurso para educação, com 7,0% do PIB, para 12,5 anos de esperança de vida escolar e um coeficiente de eficiência de 1,8. Falta conhecer qual o coeficiente de eficiência considerado optimal. Para o caso de STP, esta análise vem, simplesmente corroborar a má distribuição dos recursos afetos a educação que se concentram majoritariamente no ensino superior.

Da leitura deste ponto sobre o contexto macroeconómico, depreende-se o seguinte:

Aspectos positivos

- Um crescimento da riqueza nacional bem superior ao crescimento demográfico, considerado um fator positivo para a perspectiva futura do desenvolvimento do sistema educativo em STP;
- Uma priorização do sector da educação no orçamento geral do Estado, com 40,2% das despesas totais do Estado afetas à Educação, em 2009. Dentre os países africanos com o mesmo nível de desenvolvimento só o Senegal fez melhor com uma afetação de 41%, em 2008. A questão que se coloca é de saber se o Estado Santomense terá a capacidade de continuar com mesmo nível de afetação nos próximos anos.

Aspectos a melhorar

- Uma repartição desequilibrada da parte do orçamento da educação a favor do ensino superior, mais concretamente das bolsas de estudo no exterior. Um estudante bolseiro no estrangeiro custa em média ao Estado 5.145 Euros, ou seja 4,1 vezes o que custa o seu colega que estuda em STP. Uma melhor arbitragem deste montante a favor do ensino superior local e dos restantes ciclos de ensino seria salutar;
- Um fraco custo unitário de um aluno em STP obtido em detrimento do baixo salário do professor, pode constituir um fator de desmotivação da classe docente, e conseqüentemente afetar a qualidade do ensino;
- Um fraco coeficiente da eficiência educativa calculado em 2,1 devido a uma distribuição desequilibrada dos recursos afetos a educação a favor do Ensino superior;
- Um importante desequilíbrio entre as receitas correntes do Estado e suas despesas, (as receitas correntes não cobrem sequer 20% das despesas gerais), uma situação que vai privar o Estado de meios necessários para financiar os seus projetos de desenvolvimento.

2.4. Contexto político

Um ambiente e uma vontade politica encorajadores...!

Apesar da instabilidade governativa recorrente que tem caracterizado o funcionamento das instituições da República desde a adopção do pluralismo político em 1990, STP é considerado um país relativamente pacífico e globalmente estável.

A alternância e a vitalidade políticas são alcançadas pelas vias institucionais e democráticas. O diálogo político prima sobre a violência político-militar. O clima social é caracterizado pela ausência de contestações sociais de carácter violento. A sublevação militar de 2005 deixou, certo, sequelas na memória colectiva dos santomenses mas não colocou em causa o processo de democratização em marcha. A coabitação política em curso, fruto das últimas eleições legislativas e presidenciais, decorridas num clima pacífico, e consideradas justas e transparentes vem testemunhar deste ambiente político pacífico.

Ademais, o actual governo dispõe de instrumentos de políticas nacionais e sectoriais que pretende implementar. Cultiva boas relações com os seus parceiros de desenvolvimento. A sua gestão macroeconómica é apreciada das instituições de Bretton Woods.

No sector da educação, e de acordo com o *Relatório da Avaliação da Estratégia Nacional para Educação e Formação*, existe, não somente uma vontade política manifeste em priorizar a educação mas, sobretudo, um certo consenso da classe política sobre o papel relevante da educação no processo do desenvolvimento nacional. O actual governo dispõe de uma visão prospectiva clara sobre o sector. A afectação consequente e progressiva de recursos financeiros ao sector educativo, desde 2001 até então, certifica desta vontade política. Recorde-se que em 2010, cerca de 40% das despesas correntes do governo Santomense (serviço da dívida excluída) foram para o sector da educação.

Um tal ambiente político pode ser considerado de propício para o desenvolvimento das políticas e programas do sector educativo.

2.5. Intervenção do sector privado

Uma intervenção das iniciativas privadas emergente...!

Em STP, a intervenção do sector privado na oferta educativa é fraca, apesar de existir uma forte demanda, particularmente no pré-escolar, Ensino Secundário e na formação técnico-profissional. Parte das iniciativas privadas nos diferentes ciclos de ensino em STP apresenta-se de seguinte maneira: no Pré-Escolar, o privado lecciona 6,6% das crianças; 0,5% no Ensino Básico; 1,1% no 1º ciclo do secundário e 12,1% no 2º ciclo do secundário; e 55,1% no ensino superior.

Para além do Ensino Superior denota-se a existência de uma importante margem para a intervenção das iniciativas privadas no sistema educativo Santomense.

2.6. Contexto internacional (apoios de parceiros de desenvolvimento)

Uma parceria diversificada e atractiva...!

Hoje em dia, o contexto internacional da ajuda ao desenvolvimento é bastante favorável ao sector da educação. Que sejam elas as instituições bilaterais ou multilaterais de cooperação, todas consideram a educação como prioridade na luta contra a pobreza e uma alavanca importante para fazer face aos desafios do desenvolvimento sustentado. O engajamento destas instituições é espelhada através de diversos fóruns, conferências e colóquios organizados nas ultimas décadas, com destaque para a Conferência Mundial de Jomtien em Tailândia, o Fórum de Dakar (Educação Para Todos), e a Conferencia Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em Salamanca, Espanha. As directrizes dos ODM das Nações Unidas, enaltecem a educação como principal vector para a consecução destes objectivos. Para o Banco Mundial, principal doador multilateral no domínio da educação na África, a prioridade para este continente é o “*desenvolvimento do capital humano através da melhoria quantitativa e qualitativa do ensino a todos os níveis, do primário ao superior*”.

Nesta perspectiva, e enquanto pedra angular de uma nova visão centrada no homem, a educação consegue mobilizar fundos para o seu desenvolvimento, apesar de um contexto de crise internacional menos favorável.

Em STP, o sector educativo beneficia de apoios de vários parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento. Graças a esta parceria o país obteve resultados bastante encorajadores nos últimos anos, particularmente no ensino básico. Alcançou a escolarização básica universal desde 2011.

Com a presente Carta, considerada como o instrumento fundamental e federador de políticas educativas e da planificação estratégica de médio e longo prazos, o governo dispõe de um quadro coerente de mobilização de fundos juntos dos seus parceiros.

Conclusão

Desta análise, pode-se deduzir que o contexto geral do país é globalmente favorável ao desenvolvimento do sistema educativo Santomense com:

Uma demografia em plena transição, com baixa progressiva das taxas de fecundidade e natalidade;

Um crescimento da riqueza nacional (5,2%) bem superior ao crescimento da população (1,95%);

Uma afectação substancial de recursos do Estado ao sector, fazendo da educação a primeira prioridade orçamental do governo santomense;

Uma vontade politica manifesta para fazer da educação a principal alavanca do desenvolvimento do país;

Uma parceria externa diversificada e mobilizável, apesar do contexto internacional caracterizado pela crise económica.

Contudo, tais elementos do contexto, relativamente favoráveis, não devem esconder uma situação social ainda precária, caracterizada pela pobreza generalizada que atinge uma faixa importante da população santomense (66,2%) e a malnutrição crónica que afecta 1/3 das crianças menores de 5 anos.

CAPÍTULO III

SITUAÇÃO ACTUAL DO SISTEMA EDUCATIVO SANTOMENSE

III: DIAGNOSTICO E SITUAÇÃO ACTUAL DO SISTEMA EDUCATIVO: JUSTIFICAÇÃO DA CARTA

De acordo com o recente *Relatório da Avaliação da Estratégia Nacional para a Educação e Formação* e (os dados actualizados do Pólo de Dakar), o sistema educativo Santomense apresenta um desempenho global mitigado, porquanto alguns ciclos ou sectores conheceram um real progresso enquanto outros ainda necessitam de mais estímulos para avançarem. O Ensino Básico e a Educação para Jovens e Adultos inscrevem-se no primeiro grupo, enquanto a Educação Pré-Escolar, o Ensino secundário e Superior e o Ensino Técnico-Profissional, constam do segundo grupo. Em suma, trata-se de um sistema educativo que registou, globalmente, progressos importantes mas apresenta ainda elementos de ineficiência e um patamar de qualidade que deixa ainda a desejar, como a seguir vai ser ilustrado.

3.1. Educação Pré-escolar

Um ensino pré-escolar ainda pouco desenvolvido!

Reconhecida como primordial para o desenvolvimento das capacidades cognitivas das crianças e o aumento das probabilidades de sucesso nos níveis subsequentes, a Educação Pré-escolar conheceu, ao longo dos últimos 30 anos em STP, momentos altos e baixos. Em 1975, a jovem Republica Democrática de São Tomé e Príncipe herdou do regime colonial um ensino pré-escolar relativamente desenvolvido. O regime colonial, necessitando de uma mão-de-obra feminina indispensável ao desenvolvimento da agricultura, disseminou uma rede de jardins e creches por todo o território nacional, em particular nas roças. Logo depois da independência do país, este ciclo iniciara um longo período de degradação que durou 25 anos, antes de se revitalizar a partir de 2001, graças às acções conjugadas do governo e seus parceiros e à implementação da Lei de Bases do Sistema educativo. No ano lectivo 2010/2011, os efectivos deste ciclo totalizam 8.591 inscritos contra 4.699 em 2001/2002, ou seja, um crescimento médio anual de 6,1%. Destas crianças, 6,6% são escolarizadas nas instituições privadas. Contudo, o ensino pré-escolar apresenta um desempenho ainda débil, pois, apenas 1/3 (30,9%) de crianças santomenses entram neste ciclo. A qualidade de aprendizagem também deixa a desejar. A fraca qualificação dos educadores e a insuficiência de instalações estão na origem desta fraqueza. Comparado com países como Cabo Verde, com cerca de 67% de taxa de admissão no Ensino Pré-Escolar, STP ainda tem um longo percurso pela frente.

3.2. Ensino Básico

Um Ensino Básico universal

O Ensino Básico (EB) conheceu uma evolução significativa nos últimos cinco anos, graças ao esforço do governo que implementou com sucesso o programa da reforma geral neste ciclo, apoiado pelos parceiros de desenvolvimento. Assim, em termos do acesso, a universalidade do ensino é alcançada desde 2011. Contudo, muito falta fazer no domínio da qualidade de aprendizagem e do ensino, pois a taxa de repetência continua a dois dígitos (12% em 2010) e o numero de professores sem formação específica é importante 57,5% (2010). Em tais condições torna-se difícil proporcionar

um ensino de qualidade. As iniciativas privadas escolarizam apenas 0,5% dos 35.250 efectivos do EB, em 2010/2011 (Pôle de Dakar).

3.3. Ensino Secundário

Um ensino secundário com fraca capacidade de retenção dos alunos!

Com efeito, 86% de jovens inscrevem-se na 7ª classe, uma percentagem relativamente elevada, mas apenas 15,2% deste grupo sobrevivem até ao fim do ciclo do secundário. As elevadas taxas de abandono e de repetência, respectivamente de 24% e 20%, e a insignificante taxa de conclusão de 13%, explicam que apenas 55,2% de jovens Santomenses frequentam o ensino secundário, em 2011. A insuficiência e a má localização de escolas do ensino secundário, assim como a exiguidade do corpo docente estão na origem desta situação. Trata-se, de facto, de um grande desafio, se tivermos em conta os seguintes factores, **i**) o elevado número de alunos que concluem a 6ª classe; conjugado com **ii**) as suas idades (12 anos) relativamente tenras para ingressar na vida activa; e **iii**) a ausência de uma política de formação profissional. A continuar nesta perspectiva, os ganhos obtidos no Ensino Básico são simplesmente desperdiçados. Ora, São Tomé e Príncipe, dado o seu tamanho, pode fazer muito mais. O ensino privado escolariza 12,1% dos efectivos do 2º ciclo do ensino secundário e apenas 1,1% do 1º ciclo. Denota-se aqui uma maior intervenção do privado neste ciclo em relação aos restantes. São 11.485 o total dos efectivos do Ensino Secundário.

3.4. Ensino Técnico-Profissional

Um ensino Técnico-Profissional pouco desenvolvido...!

Na ausência de uma verdadeira política de formação técnico profissional, STP defronta com enormes problemas de insuficiência, em quase todos os sectores, de mão-de-obra qualificada. No entanto, a procura de formação é enorme tendo em conta o número considerável de jovens que à saída da escola se vêm confrontados com um mercado de emprego exíguo. O Liceu Nacional administra apenas 5 cursos profissionais qualificantes, destinados aos alunos que concluem a 9ª classe. São menos de 2% dos alunos que enveredam por esta via, devido a fraca oferta. O Centro Politécnico administrou cinco cursos no ano lectivo 2010/2011, para um total de 101 estudantes. Dos centros de formação profissional existentes, a grande maioria funciona com enormes dificuldades e oferece um nível de qualificação baixo. Consciente do papel desse tipo de formação para o crescimento da economia santomense, o MECF iniciou, desde 2011, a introdução do curso da educação profissional no 1º ciclo do ensino secundário e propõe a criação de um departamento destinado especialmente para monitorar este ciclo de formação.

3.5. Ensino Superior

Um Ensino Superior caro e selectivo!

Os custos da formação superior são elevadíssimos. Eles representam 44,5%% das despesas correntes do MECF, em 2010 (apenas bolsas de estudo no exterior). Esta formação faz-se essencialmente no exterior, através da política de bolsas de estudos doadas pelos países amigos e da contribuição do próprio governo. Entretanto, existem no país três instituições de ensino superior, totalizando 1.432 estudantes inscritos no ano lectivo 2010/2011. Destes efectivos, 55,1% frequentam estabelecimentos do ensino superior privado. A falta de uma política rigorosa em matéria de planificação da formação superior coloca enormes problemas de qualidade dos recursos humanos necessários para o desenvolvimento do país. Ademais, sabe-se que muitos dos quadros formados no exterior abstêm-se de regressar ao país após a conclusão da formação.

3.6. Educação para Jovens e Adultos (DEJA)

Uma Educação para Jovens e Adultos que caminha para a erradicação do analfabetismo!

Em 1975, ano da independência da República Democrática de São Tomé e Príncipe, a taxa de analfabetismo situava-se em 80%. Quinze anos depois, ela caiu para 30%. Hoje, estima-se a taxa de alfabetização em cerca de 88%. Para o Pôle de Dakar ela seria de 74%, em 2009.

Este resultado positivo foi possível, essencialmente, graças ao apoio da Agência Brasileira de Cooperação que dispensa equipas de voluntários universitários brasileiros para formar e enquadrar técnicos nacionais, utilizando um modelo designado de Alfabetização Solidária. Neste módulo, os temas de cursos são escolhidos de maneira participativa pelos alfabetizados e reflectem os elementos da sua vida social, cultural e profissional. Os alfabetizados beneficiam, ainda de uma bolsa mensal em géneros alimentícios, o que contribui para a retenção dos mesmos, aliás, a taxa de abandono que era de 36,6% em 2005 caiu para 5,38% em 2010.

No entanto, esse progresso global esconde disparidades geográficas e de sexo. Assim, $\frac{3}{4}$ dos analfabetos são do sexo feminino e a proporção de adultos de mais de 15 anos ultrapassa 90% no Distrito de Água Grande, mas não atinge 80% no Distrito de Lembá.

3.7. Gestão do Sistema Educativo

Uma fraca capacidade de gestão face aos desafios da reforma!

O Ministério da Educação, Cultura e Formação possui fracas capacidades institucionais para fazer face ao desafio de gestão que se coloca ao actual sistema educativo face às importantes reformas em curso. O diagnóstico feito no *Documento da Avaliação da Estratégia Nacional para a Educação e a Formação* (ENEF) aponta como principais causas desta fragilidade estrutural do MECF, **i)** o insuficiente número de pessoal qualificado e sua fraca motivação; **ii)** a falta de condições materiais e de instrumentos legais de gestão; **iii)** a centralização de poderes nas estruturas centrais do Ministério e um modo de funcionamento que relega as estruturas desconcentradas para o segundo plano. Esta frágil conexão vertical, comentam os autores da avaliação,

é agravada por um deficiente relacionamento horizontal e uma fraca colaboração e coordenação entre as estruturas centrais do Ministério da educação que penaliza a promoção de sinergias institucionais internas.

A avaliação concluiu que o Ministério da Educação, Cultura e Formação não dispõe presentemente dos três pilares que dão sentido e consistência a um sistema de gestão que são: a Planificação, o Seguimento e a Avaliação de desempenho.

3.8. Rede Escolar: análise de Oferta/Demanda, Continuidade educativa e localização geográfica das escolas

O diagnóstico a concluir neste ponto incidir-se-á sobre: **i)** a situação *da oferta escolar*, determinando o numero de salas de aulas disponíveis nas escolas públicas, para cada nível de ensino, em relação a população escolarizada e escolarizável; **ii)** a *continuidade educativa* na escola, ou seja, a possibilidade que a escola oferece aos alunos de continuarem os seus estudos, fornecendo o nível superior no mesmo estabelecimento; **iii)** a *localização geográfica dos estabelecimentos* do ensino, para apreender a problemática de Acesso/distancia/retenção de alunos, tendo como um dos parâmetros a distância que separa o local de residência do aluno com o estabelecimento escolar; e enfim, **iv)** a situação da *demanda escolar*, ou seja tentar saber porque uma certa percentagem de crianças/jovens na idade escolar abandonam ou não frequentam a escola.

3.8.1. Situação da Oferta Escolar

Uma cobertura da oferta escolar aceitável no Ensino Básico...!

Regista-se uma evolução positiva de numero de salas de aulas no Ensino Básico publico, entre os anos escolares 2005/2006 e 2009/2010, passando de 401 para 442 salas. Esta evolução é fruto da reforma relativa a universalidade do EB de 6 anos decidido pelo governo Santomense. Mas para melhor apreender a cobertura da oferta para cada ciclo de ensino, torna-se necessário colocar em relação a população escolarizável⁴ com o numero de salas disponíveis. Recorde-se que a população escolarizável passou de cerca de 24.000 para 26.000 entre 2005/2006 e 2009/2010.

Desta análise, constata-se uma certa estagnação na evolução da oferta de salas de aulas no EB na ordem de 59 indivíduos escolarizáveis para uma sala de classe. Este resultado foi possível graças as 41 salas suplementares disponíveis durante o mesmo período. Pode-se concluir que a oferta neste ciclo é praticamente suficiente, aliás STP quase alcançou a escolarização universal de 6 anos em 2011.

Uma cobertura da oferta escolar deficiente no Ensino Secundário

O resultado já não é o mesmo no Ensino Secundário em geral. Neste ciclo, constata-se uma diminuição de numero de salas durante o mesmo período, passando de 145 para

⁴ Numero de crianças/jovens em idade escolar para este ciclo. Esta população corresponde a demanda potencial em matéria de educação que o país deve satisfazer.

127 salas de aula. Globalmente, a cobertura de oferta escolar degradou-se, passando de 134,4 indivíduos escolarizáveis para uma sala de classe, em 2005/2006 para 157,6 em 2009/2010. No 2º ciclo de ensino secundário a situação é ainda mais degradante, na medida em que a proporção de 114,8 indivíduos escolarizáveis para uma sala de aula verificada em 2005/2006 passou para 220,9 indivíduos em 2009/2010. Esta análise vem confirmar o que já fora constatado referente as taxas de conclusão e admissão no 1º e 2º ciclo do Ensino Secundário. Se, por um lado, a taxa de conclusão melhorou-se no 1º ciclo do ES, o mesmo já não se verifica com a taxa de admissão no 2º ciclo do ES que ficou praticamente estável durante o mesmo período.

3.8.2. Análise da Continuidade Educativa na Escola

No Ensino Básico

Uma das configurações das escolas do EB em STP é que a maioria delas dispensa somente as primeiras 4 classes. Os estabelecimentos que dispensam os dois ciclos de EB representam apenas 17%, (1ª a 6ª classe).

Quadro 6: Proporção de alunos em situação de continuidade educativa na mesma escola do EB entre 2009/2010 e 2010/2011

Anos de estudo	1a => 2a	2a => 3a	3a => 4a	4a => 5a	5a => 6a
% de alunos em situação da continuidade educativa na mesma escola	100,0%	100,0%	100,0%	13,1%	100,0%

Fonte: Pôle de Dakar

O quadro 6 revela que nos dois anos escolar (2009/2010 e 2010/2011 a continuidade educativa na mesma escola foi garantida para todos os alunos que frequentaram a 1ª, 2ª, 3ª e 5ª classe, entretanto, o mesmo já não acontece com os alunos da 4ª classe. Na verdade, 86,9% dos alunos que concluíram a 4ª classe em 2009/2010, não tinham a possibilidade de continuar a 5ª classe na mesma escola, devendo, ou mudar de estabelecimento ou abandonar a escola.

No Ensino Secundário

No ano escolar 2010/2011, apenas três estabelecimentos do Ensino Secundário, dispensam os dois ciclos, ou seja 23% dos estabelecimentos. Escolarizam 45% dos alunos do secundário.

Quadro 7: Proporção de alunos em situação de continuidade educativa na mesma escola do EB entre 2009/2010 e 2010/2011

Anos de estudo	7a => 8a	8a => 9a	9a => 10a	10a => 11a
% de alunos em situação da continuidade educativa na mesma escola	81,1%	100,0%	56,5%	100,0%

Fonte: Pôle de Dakar

O quadro 7 mostra que os problemas ligados a continuidade educativa na mesma escola se encontra entre a 7ª e 8ª classe, e de maneira mais acentuada entre a 9ª e a 10ª classe. No ano escolar 2009/2010, 19% dos alunos escolarizados na 7ª classe não

podiam continuar a 8ª classe no mesmo estabelecimento, devendo, se quiserem continuar, mudar de estabelecimento de ensino. A situação era mais grave para os alunos que terminaram a 9ª classe, pois, 43,5% destes não estiveram em condições de continuar a 10ª classe no mesmo estabelecimento. Em conclusão, a oferta escolar ao 2º ciclo do ensino secundário é deficiente. Apenas 3 estabelecimentos, em todo o território nacional, dispensam este nível de ensino.

3.8.3. Localização geográfica dos estabelecimentos

Do ponto de vista geográfico o acesso à algumas localidades do interior do país continua difícil, o que não facilita a localização adequada de certas escolas. Se a situação parece menos grave no ensino básico ela é, de facto, preocupante no ensino secundário. Os estabelecimentos do ensino secundário situam-se, todos eles, nas capitais distritais. Embora não dispomos de um mapa actualizado da localização destes estabelecimentos para calcular a distância que separa o domicílio do aluno com a escola mais próxima, sabe-se que em certas zonas esta distancia é consequente. Uma tal situação não abona para uma continuidade educativa desejável, pois facilita o abandono escolar. Conscientes desta conjuntura o MECF tem vindo a implementar uma política de transporte escolar. O sucesso da iniciativa é notório mas apresenta custos (financeiro e de gestão) enormes para o Ministério. Actualmente o parque de autocarros é insuficiente e, por sinal, acusa uma certa velhice.

3.8.4. Situação da Demanda Escolar

Abandono! Uma questão de recursos financeiros e limite de idade...!

Tratar-se-á de compreender, aqui, porque as crianças/jovens em idade escolar não vão a escola ou a abandonam durante o percurso?

O Inquérito Demográfico de Saúde (EDS) realizado em 2009, nos indivíduos de 15 a 24 anos, revelou que o abandono é devido essencialmente às razões financeira e limite de idade. Na verdade, e qualquer que seja o nível de ensino considerado, os jovens entrevistados declararam terem abandonado escola porque precisavam de trabalhar para satisfazer as suas necessidades de para ajudar a família. O abandono ligado a idade toca mais os jovens que concluíram o ensino básico e consideram atingir uma certa idade que não lhes permita continuar no ensino secundário. As elevadas taxas de reprovação registadas nos últimos anos contribuíram para este cúmulo de idade.

Contrariamente ao que se podia pensar, o problema da demanda escolar não está ligado ao acesso, ou seja, a fraca oferta verificada no 1º ciclo do ensino secundário não é o principal obstáculo a escolarização das crianças.

3.9. A Docência

O Calcanhar de Aquiles do sistema educativo santomense... !

A docência é, se dúvida, o maior calcanhar de Aquiles do sistema educativo Santomense. A profissão, hoje em dia é menos atractiva. Alias, a categoria de docente não existe, como tal, dentro das carreiras de Estado.

Dos 1883 professores e educadores que o sistema possui actualmente cerca de 60% não possuem a formação pedagógica necessária para leccionar e uma grande maioria possui um vínculo precário com o sistema educativo (eventuais). Esta realidade não deixa de ter repercussões negativas na qualidade de ensino.

Em termos de quantidade o sistema acusa, globalmente, uma taxa de enquadramento de 26 alunos por professor, um rácio relativamente baixo em comparação com 40 alunos por professor registados nos países de comparação, (Ensino Básico). Em certa medida, pode-se deduzir que o sistema comporta mais professores/educadores de que necessita.

Como para agravar um panorama já sombrio da classe docente, a maioria dos professores do 2º ciclo do Ensino Básico e do Ensino secundário (os dois ciclos), dispensam horas de aulas bem menor do que deviam. Assim:

- 57,5% dos professores do 1º ciclo do EB dispensam menos de 14 horas de aulas semanais;
- 71% dos professores do ES dispensam menos de 14 horas de aulas semanais, e mais precisamente;
- 52,5% dos professores do ES dispensam 10 horas ou menos de aulas por semana.

Inversamente, a classe docente em STP é a que menos remuneração auferem em comparação com os seus colegas de países de comparação. Por exemplo, um professor de ensino básico em SP recebe 1,5 vezes o BIP por habitante contra 4,4 vezes o PIB por habitante que auferem seu colega de países de comparação. De igual modo, o poder de compra de um professor santomense representa 1/3 do seu colega de países de comparação.

Este sombrio panorama geral da situação da classe docente em STP representa um enorme desafio para as autoridades de tutela, nos próximos anos.

Conclusão

Do diagnóstico sintético assim feito do sistema educativo Santomense depreende-se que, globalmente, importantes progressos foram alcançados, particularmente nos domínios do acesso e da equidade. Todavia, muito falta fazer nos domínios da eficiência e qualidade de aprendizagem e do ensino, da gestão escolar e da formação dos docentes. A estes factores de fraqueza do sistema vem se juntar a falta de um documento estratégico que reflecta a política educativa de longo prazo, baseado em dados e factos consistentes e capaz de oferecer aos decisores nacionais e parceiros de desenvolvimento uma base analítica sólida e credível sobre o sector. A elaboração da presente Carta pretende colmatar estas lacunas e propiciar uma educação de qualidade para todos os Santomenses no horizonte 2022.

CAPÍTULO IV

PERSPECTIVAS NO HORIZONTE 2022

IV: POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO NO HORIZONTE 2022

4.1. Educação Pré-escolar

Experiências demonstraram que as crianças que frequentam estabelecimentos do ensino pré-escolar desenvolvem com maior facilidade a auto estima e outras qualidades e aptidões que lhes permitem estar melhor adaptadas, emocional e intelectualmente, ao ingresso no ensino básico. Porém, as dificuldades do período pós independência em STP fizeram com que este ensino fosse relegado para segundo plano durante os últimos 30 anos. A sua revitalização passa pela afirmação de uma vontade política para o sector e a adopção de medidas e políticas robustas, nomeadamente a garantia da universalidade e gratuidade de acesso ao ensino pré-escolar de qualidade. Os objectivos e as estratégias que se seguem inscrevem-se nesta perspectiva.

4.1.1. Objectivos

Proporcionar a todas as crianças Santomenses (3-5 anos), incluindo as com NEE, no horizonte 2022, acesso ao Ensino Pré-Escolar gratuito, de boa qualidade, e que o terminem aos 6 anos de idade.

4.1.2. Estratégias

4.1.2.1. Estratégia nº 1: *Garantir, até 2022, a universalidade, a gratuidade e a obrigatoriedade de acesso ao ensino pré-escolar de boa qualidade*

4.1.2.1.1. Acções Prioritárias

- Decretar um novo quadro legal, implementar medidas e políticas consentâneas, e realizar investimentos vigorosos que garantam a consecução do objectivo da universalização, obrigatoriedade e gratuidade de acesso ao Ensino Pré-Escolar de boa qualidade para todas as crianças de 3-5 anos, no horizonte 2022. O conseguimento deste importante objectivo passa pela: **A)** expansão e melhoria das capacidades de oferta no Ensino Pré-escolar; **B)** melhoria da qualidade de aprendizagem; **C)** estímulo da procura da educação e protecção da primeira infância em zonas mais difíceis e desfavorecidas; assim detalhado:

A) Expansão e melhoria, de maneira sustentável, das capacidades de oferta para acolhimento e protecção de crianças no Ensino Pré-escolar, através:

- a.*** Da construção e apetrechamento de mais salas de aulas;
- b.*** Da construção e apetrechamento de infra-estruturas adaptadas para crianças com NEE;
- c.*** Do aumento substancial de investimento do governo no ensino pré-escolar, que se situe actualmente em 6,2% das despesas correntes do MECF;

- d. Do incentivo da intervenção de parceiros internacionais e nacionais, nomeadamente as instituições privadas, as ONG, as entidades religiosas, as Associações comunitárias, as Câmaras Distritais e o Governo Regional no Ensino Pré-escolar, adoptando medidas de carácter económico e institucional atractivas, e tendo, ainda, o cuidado de elaborar um pacote de medidas e normas (regulamento) sobre os quais estas entidades deverão engajar-se. Actualmente, as iniciativas privadas leccionam apenas 6,6 % das 8.591 crianças inscritas neste ciclo (2010/2011) ;
- e. Do encorajamento, num primeiro tempo, da abordagem não formal, utilizando as experiências e competências locais;
- f. Da promoção de colóquios, conferências e debates de carácter nacional e sub-regional sobre a importância do ensino pré-escolar.

B) *Melhoria da qualidade de aprendizagem no Pré-escolar, através:*

- a. Da formação e capacitação de educadores, auxiliares, gestores e inspectores para este ciclo de ensino;
- b. Da formação e capacitação de educadores especializados em NEE;
- c. Da melhoria da qualidade de acolhimento nas instalações da Pré-Escolar, nomeadamente, da qualidade física dos estabelecimentos, da qualidade da alimentação escolar e da adequação de materiais lúdicos e pedagógicos destinados à aprendizagem das crianças, com vista a garantir a retenção das mesmas em condições aceitáveis de aprendizagem;
- d. Do conseguimento do rácio adequado de 15 a 20 crianças por educador e auxiliar contra 68 actualmente;
- e. Da elaboração de um currículo mínimo nacional com os respectivos manuais e guias de orientação, e adequar um quadro legal necessário ao seu desenvolvimento, seguimento e cumprimento.

C) *Estimulo da procura de educação e protecção da primeira infância em zonas mais difíceis e desfavorecidas, através:*

- a. Do engajamento de acções voluntaristas e coordenadas do governo e seus parceiros, nomeadamente, campanhas de sensibilização através de programas radiofónicos e televisivos, cartazes, brigadas de sensibilização física, kits de brinquedos e materiais escolares; tais acções deveriam contribuir para modificar positivamente o comportamento das comunidades locais face ao ensino pré-escolar;
- b. Da atribuição de subsídios atractivos aos educadores e auxiliares afectos nessas zonas;
- c. Da garantia de um pacote de *saúde, nutrição e educação* de qualidade, prioritariamente às crianças do meio desfavorecido;
- d. Da experimentação, num primeiro tempo, do regime de duplo turno nas zonas com maior défice de acesso.

4.1.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa líquida de escolarização	54% (3-5 anos)	100%
Taxa de cobertura (0-2 anos)	6,7%	10%
Taxa de admissão de crianças com NEE	nd	50%
% de infra-estruturas adaptadas para crianças com NEE	0	25%
% de educadores especializados em NEE	0	50%
Nº salas existentes	170	+171
Nº de educadores e auxiliares existentes	348	+301
% de educadores especializados em diferentes domínios	nd	50%
Rácio crianças/educador e auxiliar	nd	40

4. 2. Ensino Básico

O Ensino Básico é o único ciclo de ensino que conheceu um real desenvolvimento nos últimos cinco anos, em particular no domínio da oferta escolar. A universalidade do acesso a este ciclo é uma realidade desde 2011. Este bom resultado ao nível de acesso precisa ser consolidado nos próximos anos. Paralelamente, um importante esforço deve ser dispendido no sentido de melhorar a qualidade e a eficiência do ensino e da aprendizagem, e garantir a igualdade de oportunidade para todos.

Os objectivos, as estratégias e as respectivas acções a seguir delineadas conjugam-se para a conquista desta aposta.

4.2.1. Objectivos

Propiciar a todas as crianças Santomenses, incluindo aquelas com NEE, acesso a um Ensino Básico de 6 anos, de boa qualidade, capaz de facilitar a sua continuidade no Ensino Secundário, e que o terminem em condições de eficácia aceitável.

4.2.2. Estratégias

4.2.2.1. Estratégia nº 1: *Consolidar os ganhos obtidos no domínio de acesso ao Ensino Básico*

- Melhorar e apetrechar a rede escolar de forma equitativa e sustentável, construindo, lá onde for necessário, e equipando salas de aulas, sobretudo nas zonas menos favorecidas, com vista a diminuir as assimetrias distritais, e garantir a continuidade educativa na escola (a problemática equação do *Acesso/Distância/Permanência* de alunos nas escolas);
- Garantir que todas as escolas primárias ofereçam o ciclo completo de 1ª a 6ª classe até 2015, o que facilita a continuidade educativa dos alunos na escola, contribuindo, de maneira, na redução da taxa de abandono; actualmente, apenas 17% de estabelecimentos do EB dispensam os dois ciclos completos (1ª à 6ª classes); sabe-se que no ano lectivo 2009/2010, 86,9% dos alunos que terminaram a 4ª classe não tinham a possibilidade de continuar a 5ª classe no

mesmo estabelecimento de ensino, devendo ou abandonar a escola ou mudar de estabelecimento;

- Dinamizar a política de transporte escolar e encontrar mecanismos capazes de atenuar o fardo de gestão deste empreendimento;
- Consolidar o investimento do Estado no Ensino Básico injectando fundos suplementares para garantir as melhores condições de aprendizagens nas escolas;

4.2.2.2. Estratégia nº 2: *Melhorar a qualidade e a eficiência do ensino e da aprendizagem*

4.2.2.2.1. Acções Prioritárias

- Formar e capacitar professores, como forma de vencer o desafio da qualidade do ensino, o que passa pela definição e implementação de uma política clara e assumida de formação inicial e formação contínua do corpo docente e pela transformação da actual EFOPE numa Escola ou Instituto Superior de Educação, adaptando o seu currículo e o seu funcionamento às reais necessidades do país e aos desafios da qualidade que se colocam;
- Garantir a atractividade da docência, enquanto profissão, o que passa pela promoção de progressão na carreira docente, instauração de uma grelha salarial realmente atraente, a adopção de um sistema de avaliação que preveja a atribuição de prémios de desempenho, formação e capacitação contínua, instituição de um concurso de admissão, criação de condições condignas de trabalho, proclamar “Dia do Professor”, etc.
- Prosseguir e consolidar o processo de produção e distribuição de manuais e outros equipamentos escolares;
- Introduzir o ensino de uma língua estrangeira no 1º ciclo do ensino básico e uma segunda no 2º ciclo, de preferência o inglês;
- Estender o tempo de aprendizagem no Ensino Básico, passando das actuais 17,5 horas semanais para 25 horas, num primeiro tempo, (válido para os dois ciclos do EB);
- Criar e implementar um dispositivo de luta contra o insucesso e o abandono escolar, o que passa pelo reforço do enquadramento pedagógico de professores e de inspectores, pela formação específica de professores nas técnicas e métodos de avaliação e pela implementação de um sistema de apoio aos alunos com dificuldades, entre outros;
- Criar um fundo de apoio à inovação destinado às escolas primárias que apresentem excelente desempenho nessa área;
- Criar e implementar um mecanismo de captação de *excelências* a nível nacional através de concursos, instituição de *quadro de honra* e outras formas de estímulo, e assegurar um enquadramento adequado para os melhores seleccionados;
- Estabelecer o exame de aferição no fim da 6ª classe que permita certificar as competências adquiridas;
- Attingir o rácio de 30 alunos/sala, contra 79 actualmente;
- Criar as condições para uma total assumpção, por parte do Estado, dos custos ligados à alimentação escolar à partir de 2015;

- Desenvolver as actividades extra-escolares e desportivas em colaboração com as comunidades locais, através da criação e dinamização de Centros de Desenvolvimento Pessoal e Social, (que inculcam valores da cidadania); Centros de Recursos e de Apoio (que fornecem apoio pedagógico e orientação sócio-profissional); Centros de Aconselhamento e Escuta (que dispõem apoios psicológicos e instruem no aspecto de SSR); Centros desportivos (que apoiam e encorajam a prática e o desenvolvimento do desporto escolar), entre outros;
- Incentivar o movimento associativo de pais e encarregados de educação, como parceiro essencial do governo na gestão física e moral das escolas, particularmente, na educação moral dos seus educandos, na manutenção das infra-estruturas escolares e na manutenção e gestão disciplinar das escolas.

4.2.2.3. Estratégia nº 3: *Garantir a igualdade de oportunidade e de sucesso escolar dos alunos, segundo o seu meio de residência, nível de vida das famílias e o sexo (válido para todos os ciclos)*

4.2.2.3.1. Acções Prioritárias

- Aplicar a política de discriminação positiva em relação às zonas e categorias sociais mais desfavorecidas e vulneráveis, pela: **i)** atribuição de subsídios de isolamento e outros estímulos, nomeadamente a subvenção de meios de transporte público ou pessoal (tipo motorizada) para os professores afectos às zonas mais desfavorecidas; **ii)** adopção de medidas de apoio sócio-educativo destinadas às crianças oriundas de zonas e famílias carenciadas, nomeadamente a atribuição de bolsas de estudo, a promoção da saúde escolar, o melhoramento da alimentação escolar, a atribuição de subsídios de transporte, a subvenção de uniforme escolar, etc.;
- Racionalizar critérios e aplicar a justiça distributiva na afectação de professores e dos demais benefícios da educação, evitando que os melhores sejam afectos às zonas mais favorecidas; sabe-se que em 2004/2005, 54,7% de professores com formação específica leccionavam no distrito de Agua Grande e 24,8% no Mê-Zochi contra 1,8% e 1,1%, nos distritos de Lemba e Caué respectivamente;
- Estandardizar as normas de construção e equipamento de edifícios escolares para todas as zonas;
- Desencadear uma campanha de sensibilização sobre a escolarização das raparigas das zonas mais carenciadas;
- Atribuir estímulos, nomeadamente bolsas de estudos, para as crianças oriundas de zonas e categorias sociais mais desfavorecidas e vulneráveis.

4.2.2.4. Estratégia nº 4: *Desenvolver a Educação Especial, na perspectiva da escola para todos e da plena garantia da universalidade do ensino e formação*

4.2.2.4.1. Acções Prioritárias

- Formar e capacitar professores especializados em NEE;

- Construir/adaptar/apetrechar infra-estruturas adaptadas às crianças com NEE;
- Conceder apoios directos às crianças com NEE de modo a facilitar a sua aprendizagem e integração social.

4.2.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa Bruta de Escolarização (1ª a 6ª)	135%	100%
Taxa Líquida de Escolarização (1ª a 6ª)	94.9%	100%
Taxa de admissão no 7º ano	84	96%
Taxa de admissão de crianças com NNE	nd	65%
Taxa de promoção	86	98
Taxa de repetência	12	6
Taxa de abandono	1	0
Taxa de conclusão	85,8%	100%
Taxa de sobrevivência (1ª a 6ª classe)	112%	100%
Rácio aluno/professor	36	30
Rácio aluno/sala	79	30
% de professores formados nas áreas curriculares	42,5	100
% professores especializados em diferentes domínios de NEE	0	10 em cada domínio.
% de infra-estruturas adaptadas para as crianças com NEE	0	20%
Nº de salas	442	+39

4.3. Ensino Secundário

Caracterizado no *Relatório da Avaliação da Estratégia Nacional para a Educação e a Formação* (ENEF) como sendo um ensino que “repele” os alunos em vez de os atrair, o Ensino Secundário em STP depara com o problema de retenção de alunos. Dos cerca de 86% dos jovens com idade relevante que se inscrevem na 7ª classe, apenas 15,2% deste grupo sobrevivem até ao fim do ciclo do secundário. Um enorme desperdício. Associado a este factor vêm juntar-se a insuficiência de estabelecimentos de Ensino Secundário e a sua disparidade em termos de localização geográfica, e a fraca qualificação do corpo docente.

A implementação de medidas e políticas consentâneas e a realização de investimentos robustos destinados a corrigir este fraco desempenho do Ensino Secundário constitui o principal desafio do MECF, para este ciclo, nos próximos anos. Ademais, uma importante pressão de demanda escolar está sendo exercida sobre este ciclo fruto da universalidade do ensino básico. Dentre as medidas a implementar, destaca-se a de alargar a universalidade e a gratuidade do acesso ao ensino secundário de qualidade até 12º ano, no horizonte de 2022. Trata-se, na verdade, de uma opção que acarreta importantes custos em termos financeiros e de recursos humanos. Mas para um país que pretende desenvolver e valorizar o enorme potencial natural existente e apostar na prestação de serviços de boa qualidade, esta opção impõe-se, logicamente.

4.3.1. Objectivos

Propiciar a todos os jovens santomenses, com idade relevante, no horizonte 2022, acesso a um ensino secundário completo (até 12º ano), universal, gratuito e de boa qualidade, e que seja capaz de os dotar de competências gerais e técnico-profissionais necessárias para o desenvolvimento da economia de São Tomé e Príncipe.

4.3.2. Estratégias

4.3.2.1. Estratégia nº 1: *Garantir a universalidade e a gratuidade de acesso ao Ensino Secundário de boa qualidade até 9ª classe no horizonte de 2017 e até 12ª classe no horizonte de 2022*

4.3.2.1.1. Acções Prioritárias

- Decretar um novo quadro legal, incluindo a reforma pedagógica e curricular, e implementar medidas e políticas consentâneas, e realizar investimentos robustos que possibilitem a consecução do objectivo da universalização e gratuidade de acesso aos doze anos de escolaridade, até 2022. A conquista deste importante objectivo passa pela: **A)** melhoria da oferta escolar no Ensino Secundário; **B)** melhoria da qualidade e da eficiência do ensino e aprendizagem; e enfim, **C)** elaboração e implementação de cenários alternativos que facilitem a inserção social e profissional, e a continuidade académica de alunos; assim detalhado:

A) *Melhoria do acesso ao Ensino Secundário, através:*

- a. Da materialização, até 2022, do projecto “*Cada Distrito um Estabelecimento de Ensino Secundário Completo e de Qualidade*”, traduzido na construção e equipamento de, pelo menos, um Estabelecimento do Ensino Secundário completo em cada Distrito, priorizando, num primeiro tempo, as zonas menos favorecidas com vista a diminuir as assimetrias distritais existentes e garantir a continuidade educativa na escola;
- b. Da garantia que todos os estabelecimentos do ensino ofereçam o ciclo completo de 7ª a 12ª classe até 2022, o que facilita a continuidade educativa dos alunos na escola, contribuindo, de maneira, na redução da taxa de abandono; sabe-se que no ano lectivo 2009/2010, 43,5% dos alunos que terminaram a 9ª classe não tinham a possibilidade de continuar a 10ª classe no mesmo estabelecimento de ensino, devendo ou abandonar a escola ou mudar de estabelecimento;
- c. Da dinamização da política de transporte escolar, procurando mecanismos capazes de atenuar o fardo de gestão deste empreendimento;
- d. Do estímulo da oferta do ensino privado, implementando medidas de carácter económico e institucional atractivas, nomeadamente a formação e capacitação de seus professores, fornecimentos de manuais e equipamentos escolares, obtendo-se, em contrapartida que o privado baixe o custo da escolarização para as famílias e melhore a qualidade de aprendizagem, entre outros; sabe-se que as iniciativas privadas leccionam apenas 1,1% dos alunos do 1º ciclo do Ensino Secundário e 12,1% dos efectivos do 2º ciclo, em 2010/2011.

B) Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino e aprendizagem, através:

- a. Da formação e capacitação de professores em número e qualidade aceitáveis para o ensino secundário, enfatizando o desenvolvimento dos programas de formação inicial e contínua;
- b. Da atractividade da docência, enquanto profissão, o que passa pela promoção de progressão na carreira docente, instauração de uma grelha salarial realmente atraente, a adopção de um sistema de avaliação que preveja a atribuição de prémios de desempenho, formação e capacitação contínua, instituição de um concurso de admissão, criação de condições condignas de trabalho, proclamar “Dia do Professor”, etc.
- c. Da consolidação da reforma curricular em curso no Ensino Secundário, garantindo uma maior coerência e articulação entre os ciclos;
- d. Da concepção, produção e distribuição de manuais e outros equipamentos escolares;
- e. Do equipamento e apetrechamento de todos os estabelecimentos do ensino secundário com laboratórios, bibliotecas e os demais materiais didácticos indispensáveis a uma aprendizagem de qualidade, em particular nas disciplinas científicas;
- f. Do reforço do enquadramento pedagógico e administrativo dos estabelecimentos do ensino secundário, reforçando **i)** a formação dos inspectores e do pessoal administrativo e pedagógico; **ii)** as dotações financeiras e materiais; **iii)** a implicação das associações de pais e encarregados de educação na gestão dos estabelecimentos, etc. ;
- g. Da criação e implementação de um dispositivo de luta contra o insucesso e o abandono escolar, o que passa pelo, **i)** reforço do enquadramento pedagógico de professores e de inspectores, **ii)** formação específica de professores nas técnicas e métodos de avaliação; e, **iii)** implementação de um sistema de apoio aos alunos com dificuldades, entre outros;
- h. Do aumento, de maneira substancial, do investimento do Estado no Ensino Secundário, procedendo, num primeiro tempo, à arbitragem dos fundos atribuídos ao ensino secundário e superior, pois, o ensino secundário recebe 17,4% das despesas correntes do MECF contra 44,5% para o Ensino superior. O ideal manda que esta percentagem seja elevada a 35% para o ensino secundário;
- i. Da criação de um fundo de apoio à inovação destinado aos estabelecimentos do ensino secundário que apresentem excelente desempenho nessa área;
- j. Da criação e implementação de um mecanismo de captação de *excelências* a nível nacional através de concursos, instituição de *quadro de honra* e outras formas de estímulo, e garantia de um enquadramento adequado para os melhores seleccionados;
- k. Do estabelecimento do exame de aferição no fim da 9ª e 12ª classe que permita, por um lado, certificar as competências adquiridas, e por outro, regularizar ao acesso no Ensino Superior;
- l. Da fixação do rácio de 35 alunos/sala;
- m. Do combate ao absentéismo de professores e a indisciplina de alunos verificados em certos estabelecimentos do ensino secundário;

- n. Do desenvolvimento das actividades extra-escolares e desportivas em colaboração com as comunidades locais, enfatizando a criação e dinamização de Centros de Desenvolvimento Pessoal e Social, (que inculcam valores da cidadania); Centros de Recursos e de Apoio (que fornecem apoio pedagógico e orientação sócio-profissional); Centros de Aconselhamento e Escuta (que dispensam apoios psicológicos e instruem em matéria de SSR); Centros desportivos (que apoiam e encorajam a prática e o desenvolvimento do desporto escolar), entre outros;
- o. Do incentivo ao movimento associativo de pais e encarregados de educação, como parceiro essencial do governo na gestão física e moral das escolas, particularmente, na educação moral dos seus educandos, na manutenção das infra-estruturas escolares, na gestão disciplinar e na manutenção de escolas.

C) Adopção de medidas que facilitem a inserção social e profissional, e a continuidade académica de alunos que concluem a 12ª classe, através:

- a. Da dinamização do ensino profissionalizante à partir da 10ª classe, com vista a aumentar até 15%, no horizonte de 2022, a proporção dos estudantes do ensino secundário que enveredam por essa via, administrando cursos que revelem maior interesse para os alunos e que estejam articulados com o mercado de trabalho Santomense
- b. Da oferta de uma real alternativa aos jovens que optarem por não continuar a sua escolarização para além da 9ª e 12ª classe, garantindo-lhes, por exemplo, acesso a uma formação Técnico-Profissional de qualidade;
- c. Da dinamização dos Centros de Apoio e de Orientação ao serviço dos finalistas da 9ª e 12ª classes;
- d. Da intensificação do ensino de línguas estrangeiras no ensino secundário, sobretudo na 7ª, 8ª e 9ª classes, de preferência o inglês e o francês;

4.3.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa bruta de escolarização 1º ciclo	83%	100% a 115%
Taxa bruta de escolarização 2º ciclo	18,4%	70% a 80%
Taxa de admissão ou acesso	84 na 7ª, 45 na 9ª, 17,6 na 10ª e 12,3 na 11ª	90% a 95%
Taxa de repetência	20,9%	13%
Taxa de abandono	24	5%
Taxa de transição 9ª para 10ª	39%	80%
Taxa de sobrevivência	79% (7ª a 9ª); 69,7% (10ª a 12ª)	95% a 100%
% de docentes formados e efectivos	40%	100%
Nº docentes existentes	440	+786
% estudantes do secundário na via profissional	< 5%	15 a 20%
Nº de distritos com ensino secundário completo	1 + R.A. Príncipe	100%
Nº de salas existentes	145	+228

4.4. Ensino Técnico-Profissional

Relegado para segundo plano desde os primórdios da independência do país, o ensino técnico-profissional é pouco desenvolvido em STP. Portanto, o país é confrontado com graves problemas de mão-de-obra especializada. Dotar STP de recursos humanos capacitados com padrões aceitáveis de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de responder às exigências de uma economia moderna, projectando o país como “*país de serviços*”, constitui o principal desafio do governo para este sector.

A conquista deste desafio passa pela, **i)** afirmação de uma forte vontade política em considerar, de facto, a Formação Técnico-Profissional como uma das prioridades nacionais para o próximo decénio; **ii)** instalação de um sistema de ensino especializado com forte envolvimento do sector privado em todos os níveis; **iii)** adequação formação/emprego; e, **iv)** concertação e coordenação intersectorial dado o carácter transversal do seu impacto. Trata-se, na verdade, de promover a articulação de um sistema nacional de ensino superior, técnico-profissional e de aprendizagem com o sistema económico. Uma opção, certo, que exige investimentos importantes mas à altura dos grandes benefícios esperados a longo prazo.

Os objectivos e as estratégias abaixo plasmados inscrevem-se nesta perspectiva.

4.4.1. Objectivos

Dotar STP de recursos humanos capacitados com padrões aceitáveis de conhecimentos científicos e tecnológicos capazes de responder às exigências e necessidades do mercado de trabalho e de uma economia moderna, e preparar o país na sua ambição de projectar-se como *país de serviços*.

4.4.2. Estratégias

4.4.2.1. Estratégia nº 1: *Obter, ao mais alto nível (governo ou Parlamento), o apoio firme necessário à implementação de uma política voluntarista e realista de formação técnico-profissional à altura da ambição acima exposta.*

4.4.2.1.1. Acções Prioritárias

- Apresentar uma estratégia de Formação Técnico-Profissional credível e convincente e obter do governo (em Conselho de Ministros) um compromisso formal referente a priorização desta formação e o consequente engajamento na mobilização de recursos à altura da missão.

4.4.2.2. Estratégia nº 2: *Criar um quadro institucional e administrativo de promoção, gestão e coordenação de políticas e acções de formação técnico-profissional no país*

4.4.2.2.1. Acções Prioritárias

- Elaborar e implementar, a luz do engajamento do Governo, novos instrumentos legais e regulamentares que garantam a implementação efectiva

da política de FTP, nomeadamente, a natureza jurídica e administrativa da entidade encarregue da FTP ao nível nacional, a regulamentação de relacionamentos institucionais, as orientações curriculares, o reconhecimento de níveis de qualificação, a acreditação das entidades e instituições provedoras de formação, a certificação das formações obtidas pelos cidadãos;

- Criar e desenvolver uma entidade nacional encarregue de promover, pilotar, coordenar e acreditar todas as acções e políticas de FTP, com as seguintes características funcionais básicas:
 - Funciona sob tutela do MECF mas goza de uma autonomia administrativa, patrimonial e financeira;
 - Para a sua gestão técnico-administrativa, adopta a forma de Conselho de Administração, enquanto órgão decisor e uma Direcção Técnica com uma função executiva;
 - Funciona em estreita colaboração com a estrutura do governo encarregue de Trabalho e Emprego e com os estabelecimentos do ensino superior e secundário nos quais instala células;
 - Privilegia a eficiência ao detrimento da pletora;
 - Coloca em relevo a transversalidade das suas acções e o carácter descentralizado do seu modo de funcionamento;
 - Enfatiza a sua qualidade do hábil “*dialogador*” com os seus parceiros;
 - É dotado de recursos (humanos, materiais e financeiros) à altura da sua missão;
 - É dotado de capacidades técnicas e institucionais para uma avaliação, acreditação e certificação irrepreensíveis do ensino técnico-profissional;
 - Garante a homologação de certos cursos e diplomas da FTP junto dos estabelecimentos estrangeiros congéneres.

Trata-se de uma estrutura que se pretende reduzida, funcional e experiente.

4.4.2.3. Estratégia nº 3: Garantir o desenvolvimento equitativo e sustentável de uma oferta de formação de qualidade e diversificada, em convivência com o sector privado

4.4.2.3.1. Acções Prioritárias

- Proceder a um inventário/diagnóstico da situação actual, quer dos técnicos formados e em formação, quer dos centros de formação existentes, assim como as necessidades de FTP de que necessita o país para fazer face aos desafios de desenvolvimento;
- Expandir, de maneira equitativa, e melhorar o acesso à FTP de qualidade, através de construção e equipamento de mais centros de formação, tendo como único propósito disponibilizar recursos humanos nas mais diversas áreas de conhecimento e saber e que estejam à altura dos desafios do desenvolvimento sustentado de STP;
- Garantir a formação e a contratação de um corpo docente altamente qualificado;
- Proceder a reforma e a adaptação do curriculum escolar do Ensino Técnico-Profissional às prioridades e reais necessidades do país, nomeadamente; i) a

- primazia da qualidade de formação, **ii**) a adequação formação/emprego; **iii**) a aprendizagem imperativa de línguas estrangeiras (de preferência o inglês na perspectiva de projectar o país como prestador de serviços); **iv**) a adaptação da formação nas empresas; **v**) a promoção de estágios de formação nas empresas,; **vi**) a utilização de quadros do privado como docentes;
- Caucionar critérios e normas de admissão que garantam a igualdade de oportunidade e de sucesso escolar para todos;
 - Estimular a oferta do ensino privado de qualidade, através da implementação de medidas de carácter económico e institucional realmente atractivas;
 - Incentivar a utilização de novas TIC no Ensino Técnico Profissional em STP;
 - Criar um fundo de bolsa de formação especializada no exterior para a promoção de uma formação mais competitiva e bolsa de formação interna destinada a estudantes mais carenciados e a promoção de candidaturas femininas;
 - Garantir a fiscalização das actividades dos estabelecimentos da FTP por uma instituição acreditada.

4.4.2.4. Estratégia nº 4: *Proceder a uma planificação estratégica de médio e longo prazo da Formação Técnico-Profissional*

4.4.2.4.1. Acções Prioritárias

- Reforçar a função da planificação estratégica da Entidade encarregue da FTP através da formação especializada dos seus técnicos;
- Participar, em colaboração com os demais departamentos do governo, na elaboração de uma carta de sectores considerados vitais e estratégicos para STP cuja valorização acarreta um forte impacto no desenvolvimento económico do país, e orientar a FTP em consequência;
- Instalar e desenvolver um sistema de *Vigia ou Vigilância Estratégica* indispensável para apreender e prever a evolução económica do país e sua inserção na sub-região;
- Elaborar e implementar um plano de acção de curto e médio prazo a partir do inventário/diagnóstico e da carta de sectores vitais e estratégicos realizados.

4.4.2.5. Estratégia nº 5: *Estabelecer parcerias e implementar uma estratégia robusta de mobilização de recursos e garantir a sua rentabilização a médio e longo prazo*

4.4.2.5.1. Acções Prioritárias

- Negociar e assinar parcerias *gagnant/gagnant* com os centros de Formação Técnico-Profissional existentes, o sector privado (incluindo as instituições financeiras) e com as instituições académicas estrangeiras congéneres, nos domínios curricular, da inserção profissional, de homologação de cursos e diplomas, da concessão de créditos, bolsas de formação e estágios, de docência, entre outros;

- Implementar uma estratégia eficiente de mobilização de recursos para o desenvolvimento da FTP, e velar pela sua gestão transparente, com vista a garantir sua rentabilização e sustentabilidade a longo prazo;
- Garantir que o Estado disponibilize 10% do PIB destinado ao desenvolvimento da FTP, durante os dez próximos anos.

4.4.2.6. Estratégia nº 6: A adoptar e implementar uma política apropriada de inserção profissional dos formados

4.4.2.6.1. Acções Prioritárias

- Adoptar e implementar uma política apropriada de inserção profissional dos formados, o que passa pela:
 - Instalação de um sistema de *Vigilância Estratégica* com vista a apreender, por um lado, as necessidades de formação e por outro, as oportunidades de emprego nos diferentes departamentos públicos e privados;
 - Promoção da prática do diálogo permanente com os parceiros;
 - Realização e publicação de estudos e inquéritos sobre a problemática da FTP e oportunidades de emprego;
 - Criação e desenvolvimento de uma capacidade de análise prospectiva sobre a evolução da economia Santomense, em especial, e do país em geral;
 - Garantia de um kit de material de base aos finalistas do curso;
 - Promoção e desenvolvimento do empreendedorismo através:
 - a. do melhoramento do ambiente de negocio, em geral, e em direcção dos recém-formados, em particular;
 - b. do reforço de apoios às iniciativas de auto-emprego;
 - c. da concepção de um sistema de garantia que garanta o acesso dos recém-formados ao credito para a criação dos seus próprios negócios.⁵

4.4.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Nº de jovens entre 20 e 30 anos que concluem a formação profissional	Nd	Pelo menos 1500 por ano
Nº de Centros de Formação profissional	16	20
Nº de cursos de formação profissional de vários níveis	Nd	40
Proporção de graduados do ETP que ingressam no mercado de trabalho, na sua área de formação, no prazo de 1 ano	Nd	80%
Nº de formadores com formação específica inicial	Nd	50 a 60 professores

⁵ O exemplo de uma parceria privado/Público, experimentado com sucesso em certos países africanos, no qual o primeiro intervém no aspecto de análise do risco de emprego e o segundo entra com uma contra-garantia, pode constituir uma pista.

4.5. Ensino Superior e Formação

Caro, selectivo e inadaptado às reais necessidades do mercado de trabalho Santomense, eis as principais características do ensino superior em STP. O essencial da formação faz-se no exterior através de bolsas de estudos e na total ausência de uma política de planificação estratégica desta formação. O impacto da sua acção para o desenvolvimento do país é enorme, no entanto, muitos dos quadros formados no exterior abstêm-se de regressar ao país após a formação. Um grande desperdício nacional. Face a esta situação, o MECF vem adoptando medidas institucionais de carácter correctivo, nomeadamente a criação de uma Direcção específica para monitorar este ciclo de ensino. Trata-se, na realidade, de implementar uma política de formação e planificação estratégica realista para este ciclo, capaz de disponibilizar recursos humanos à altura dos desafios do desenvolvimento sustentado de STP.

4.5.1. Objectivos

- Garantir uma oferta sustentada de um ensino superior local de qualidade, diversificado e ajustado a padrões internacionalmente reconhecidos, e que tenha em conta as reais necessidades do país;
- Implementar uma política de planificação estratégica de médio e longo prazos da formação superior com vista a responder às necessidades de competências especializadas para o mercado de trabalho e que permitam fazer face aos desafios do desenvolvimento social, cultural e económico de São Tomé e Príncipe.

4.5.2. Estratégias

4.5.2.1. Estratégia nº 1: *Garantir um acesso controlado ao Ensino Superior, melhorar a qualidade e proceder a sua adaptação às prioridades e reais necessidades do mercado de trabalho Santomense*

4.5.2.1.1. Acções Prioritárias

- Dotar-se, entre muitas opções possíveis para alcançar os objectivos acima expostos, de uma Universidade Pública que seja capaz de **i**) dispensar um ensino de qualidade e integrado (politécnico); **ii**) estabelecer curriculum e fileiras atraentes e adaptados às reais necessidades do país; **iii**) disponibilizar recursos humanos nas mais diversas áreas de conhecimento e saber e que estejam à altura dos desafios do desenvolvimento sustentado de STP;
- Aplicar o pacote de critérios estabelecidos pelo MECF em matéria da atribuição de bolsas de estudo e, gradativamente, inverter a proporcionalidade a favor da formação dentro do país, condicionando as bolsas para o exterior ao único critério de mérito e formação em especialidades de ponta necessárias ao desenvolvimento do país;
- Caucionar critérios e normas de admissão que garantam a igualdade de oportunidade e de sucesso escolar para todos;
- Velar pela constituição de uma classe docente de qualidade;
- Garantir a formação continua aos professores do Ensino Superior;

- Incentivar a criação de um núcleo de investigação científica e aplicada, e velar pela sua interligação com curriculum universitário e emprego/formação;
- Estimular a oferta do ensino privado de qualidade, através da implementação de medidas de carácter económico e institucional realmente atractivas;
- Incentivar a utilização de novas TIC no Ensino Superior em STP.

4.5.2.2. Estratégia nº 2: *Proceder a uma planificação estratégica de médio e longo prazo da Formação Superior*

4.5.2.2.1. Acções Prioritárias

- Proceder a um inventário/diagnóstico da situação actual, quer dos quadros formados e em formação no país e no exterior, quer dos estabelecimentos do ensino superior existentes, assim como as necessidades de formação superior de que necessita o país para fazer face aos desafios de desenvolvimento;
- Elaborar, em colaboração com os demais departamentos do governo, uma carta de sectores considerados vitais e estratégicos para STP cuja valorização acarreta um forte impacto no desenvolvimento económico do país, e orientar a formação em consequência;
- Elaborar um plano de acção de curto e médio prazo a partir do inventário/diagnóstico e da carta de sectores vitais e estratégicos realizados;
- Presenciar, em permanência, a evolução da Formação Técnico-Profissional e do Ensino Secundário e proceder aos ajustes necessários na implementação da política de planificação estratégica da formação superior;
- Incentivar e, se necessário, assistir as instituições de formação superior na negociação de parcerias “*gagnant/gagnant*” nos domínios científico, académico e económico com instituições estrangeiras e congéneres, e com o sector privado nacional em matéria de inserção profissional.
- Implementar uma política robusta de mobilização de recursos para o desenvolvimento do Ensino Superior em STP;
- Adoptar e implementar uma política apropriada de inserção profissional dos formados.

4.5.2.3. Estratégia nº 3: *Reforçar as capacidades institucionais e técnicas da Direcção do Ensino Superior e Formação (DESF)*

4.5.2.3.1. Acções Prioritárias

- Dotar a DESF de recursos (humanos, financeiros e materiais) de qualidade indispensáveis ao bom desempenho da sua missão;
- Reforçar a função da planificação estratégica da Direcção do Ensino Superior através da formação especializada dos seus técnicos;
- Criar as condições para que a DESF possa assumir plenamente o papel de regulador nacional deste ciclo de ensino, dotando-a de capacidades técnicas e institucionais para uma supervisão, avaliação e acreditação irrepreensíveis do ensino superior;
- Garantir a homologação de cursos e diplomas superiores junto dos estabelecimentos internacionais congéneres;

- Garantir a fiscalização das actividades dos estabelecimentos do ensino superior pela Inspeção Geral do MECF.

4.5.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2011	Metas fixadas para 2021
Taxa de admissão de jovens com + de 20 anos ao Ensino Superior	10%	50%
Taxa de transição Secundário Superior	50%	85%
Taxa de absorção dos diplomados (Ensino superior) no mercado de trabalho nas suas áreas de formação	80%	100%
Taxa de conclusão no Ensino Superior	50%	85%
Nº de cursos oferecidos no Ensino Superior	20	30
Total de mestres formados no país	50	200
Taxa de Doutorados formados no país	10	80

4.6. Educação para Jovens e Adultos (DEJA)

Apesar de importantes progressos realizados nos últimos 10 anos, o analfabetismo continua relativamente importante em STP, sobretudo na população feminina e residente nas zonas mais carenciadas. Nos adultos com mais de 15 anos, a taxa de analfabetismo é de 12%. A sua erradicação no horizonte de 2022 é o objectivo que se fixou o governo Santomense.

A expansão da rede de acesso à educação de jovens e adultos, em particular nas zonas mais carenciadas, a melhoria da qualidade e da eficiência de aprendizagem, o combate ao retorno ao analfabetismo, o reforço das capacidades institucionais da DEJA, constituem algumas das acções prioritárias propostas para a consecução do objectivo da erradicação do analfabetismo no país no horizonte 2022.

4.6.1. Objectivos

Erradicar definitivamente o analfabetismo nos jovens e adultos com mais de 15 anos, propiciando uma educação de qualidade, em articulação com actividades geradoras de rendimento, como forma de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho.

4.6.2. Estratégias

4.6.2.1. Estratégia nº 1: *Aumentar e melhorar o acesso à educação de jovens e adultos*

4.6.2.1.1. *Acções Prioritárias*

- Expandir, equipar e dinamizar de maneira equitativa centros de formação destinados à Educação para Jovens e Adultos (EJA);
- Desencadear uma campanha de sensibilização e mobilização geral contra o analfabetismo;

- Estimular a procura da Educação de Jovens e Adultos em zonas mais difíceis e desfavorecidas, através de campanhas de sensibilização e estímulos compensatórios;
- Apoiar e consolidar as iniciativas extra estatais, nomeadamente das associações comunitárias, ONGs e demais parceiros em direcção da Educação de Jovens e Adultos;
- Garantir a retenção dos formados, em particular as mulheres, através de estímulos compensatórios;
- Mobilizar o apoio de todos os parceiros nacionais e internacionais para a consecução do objectivo de erradicação de analfabetismo.

4.6.2.2. Estratégia nº 2: *Melhorar a qualidade e eficiência da formação e da aprendizagem*

4.6.2.2.1. Acções Prioritárias

- Formar e capacitar educadores, supervisores e formadores;
- Garantir a produção e a distribuição de manuais e guias de apoio pedagógico;
- Reforçar a função de seguimento e avaliação de desempenho;
- Lutar contra o abandono, através de sensibilização, melhoria de condições físicas dos centros, atractividade de métodos de aprendizagem, estímulos compensatórios, entre outros;
- Combater o retorno ao analfabetismo através da criação de programas adequados e implementação de medidas que facilitem a inserção sócio profissional;
- Criar e institucionalizar um sistema de educação alternativa ao ensino formal, adequando os actuais cursos nocturnos a essa modalidade de forma a garantir um sistema educativo alternativo mais adaptado às características da população alvo.

4.6.2.3. Estratégia nº 3: *Reforçar capacidades institucionais da DEJA*

4.6.2.3.1. Acções Prioritárias

- Dotar a Direcção da Educação de Jovens e Adultos de condições adequadas de trabalho, essencialmente, instalações físicas, meios de transporte, equipamentos móveis e imóveis;
- Dispensar módulos de formação para os diferentes escalões dos quadros da DEJA;
- Dispensar seminários de formação destinados ao pessoal da DEJA.

4.6.2.4. Estratégia nº 4: *Adoptar uma política apropriada de inserção profissional dos formados*

4.6.2.4.1. Acções Prioritárias

- Dinamizar e direccionar, cada vez mais, os cursos de alfabetização para actividades profissionais potenciadoras de inserção dos alfabetizados na vida social e profissional;
- Criar e fazer funcionar centros de formação académica e profissional para adultos (mulheres e homens);

4.6.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Taxa de analfabetismo de + de 15 anos	12%	0%
Taxa de pessoas alfabetizadas inseridas no mercado de emprego	70%	90%
Taxa de alfabetizados que obtêm melhores empregos	30%	70%
Taxa de sobrevivência para os níveis superiores do pós alfabetização	60%	85%

4.7. Temas Transversais

4.7.1. Reforço de Capacidades institucionais e Técnicas do MECF para uma Gestão eficiente do Sistema Educativo

A deficiência da gestão do sistema educativo Santomense foi sumamente demonstrada no capítulo anterior sobre o diagnóstico. Trata-se de uma fraqueza estrutural cujo impacto tem condicionado sobremaneira a qualidade de educação em geral. Ora, o sucesso da presente Carta, assim como de qualquer outra política educativa, depende da instalação de um bom sistema de gestão que seja capaz de traduzir as políticas educativas em resultados concretos. Uma boa planificação do sistema irá certamente contribuir positivamente na materialização da política de descentralização preconizada e permitir uma melhor afectação de recursos disponíveis, e por conseguinte, uma maior eficácia e eficiência do ensino. Trata-se aqui de munir as estruturas centrais, distritais e locais de recursos humanos e materiais à altura dos desafios e das exigências de reformas em curso e posteriores. Três opções estratégicas e as respectivas acções foram propostas para a consecução desse objectivo.

4.7.1.1. Objectivos

Dotar o MECF de um sistema de gestão eficaz e eficiente capaz de traduzir a visão e as políticas educativas em resultados tangíveis para os diferentes beneficiários.

4.7.1.2. Estratégias

4.7.1.2.1. Estratégia nº 1: Reforçar as funções da Coordenação e Planificação Estratégica do MECF

4.7.1.2.1.1. Acções Prioritárias

- Formar e capacitar, em prioridade, os quadros do DPIE na concepção, elaboração, seguimento e avaliação de documentos de políticas estratégicas da educação;
- Instalar, até 2022, uma capacidade nacional de concepção e produção de manuais escolares para todos os ciclos de ensino;
- Constituir e capacitar uma espécie de “task force” no MECF com uma alta capacidade negocial, de desempenho, e de liderança⁶;
- Garantir uma coordenação eficiente de todas as intervenções dos parceiros no domínio da educação, através do reforço das capacidades do DPIE;

4.7.1.2.2. Estratégia nº 2: Reforçar as capacidades dos técnicos do Ministério da Educação, Cultura e Formação com conhecimentos e instrumentos modernos de gestão administrativa e pedagógica indispensável ao bom desempenho do sector

4.7.1.2.2.1. Acções Prioritárias

Da gestão administrativa, financeira e patrimonial

- Proceder à avaliação sucinta dos recursos humanos do Ministério, no sentido de adaptar a função/perfil e apurar as necessidades em complemento de formação;
- Administrar cursos de formação no domínio da gestão administrativa destinados aos inspectores, gestores, directores de escolas e representantes das autoridades/comunidades locais, privilegiando matérias tais como: **i)** o funcionamento e a gestão escolar; **ii)** a qualidade da educação e aprendizagem; **iii)** a interpretação e compreensão dos instrumentos de política educativa e demais legislação escolar; **iv)** a retenção dos alunos; **v)** a segurança e disciplina escolares;
- Melhorar e reforçar a gestão orçamental e material, através da utilização de tecnologias modernas de gestão e racionalização de investimentos e equipamentos;
- Garantir a produção e a utilização de um sistema de informação baseado em dados estatísticos integrados e fiáveis, que utilize as técnicas informáticas mais recentes (modelos de simulação, base de dados, carta escolar, etc.), permitindo uma tomada de decisão em consequência e sua devida circulação;
- Melhorar as condições de trabalho dos servidores do Ministério, através do equipamento de todos os serviços em meios e materiais de trabalho e atribuição de prémios de desempenho, etc;
- Garantir uma maior eficiência e equidade na locação dos recursos humanos, materiais e financeiros destinados às escolas, através da implementação de critérios de afectação coerente e instituição de comités inclusivos de afectação, entre outros;
- Actualizar a legislação do Ministério, revendo os instrumentos jurídico-legais existentes e criando novos suportes que se mostrem necessários a um desenvolvimento harmonioso da sua missão;

⁶ A actual AFAP poderia, num primeiro tempo, desempenhar este papel

- Elaborar e implementar um mecanismo de avaliação, quer em relação ao sistema quer em relação ao desempenho;

Da gestão pedagógica

- Instalar um sistema de gestão transparente e inclusiva dos recursos mobilizados e destinados às escolas e garantir a sua efectiva transformação em resultados tangíveis nos alunos (nível e qualidade de aprendizagem, sucesso nos exames, capacidade de retenção dos alunos, etc.), para tal;
- Apropriar e desenvolver, entre outros instrumentos de gestão, o chamado **Quadro de Bordo de Escola** e suas índices (“*tableau de bord école*”). Trata-se de um instrumento desenvolvido pelo Pôle de Dakar UNESCO/BREDA;⁷
- Melhorar a gestão e a manutenção dos edifícios, mobiliários, manuais e materiais escolares;
- Garantir a eficiência e eficácia de acções da inspecção escolar, especialmente nos domínios da qualidade de aprendizagem e de ensino, absentismo, luta contra o alcoolismo e indisciplina escolar;
- Desconcentrar e descentralizar poderes decisores em matéria da gestão administrativa e pedagógica nas estruturas de base e reforçar as iniciativas do apoio directo e atribuição de recursos adicionais às escolas para estimular abordagens inovadoras, no âmbito da melhoria de qualidade da educação e aprendizagem
- Garantir segurança a todas as escolas, através de contratação de guardas ou responsabilização da comunidade local;
- Instituir um sistema de incitação para o pessoal afecto às zonas mais difíceis.

4.7.1.2.3. Estratégia nº 3: Garantir uma apropriação nacional dos instrumentos de política educativa e uma maior visibilidade das acções do MECF

4.7.1.2.3.1. Acções Prioritárias

- Dotar o recém-criado Gabinete de Comunicação Social do MECF de recursos (humanos, financeiros e materiais) de qualidade e de um quadro institucional e legal necessários ao bom desempenho das suas funções⁸;
- Promover um maior envolvimento dos actores políticos e sociais na gestão escolar, nomeadamente as autarquias, as ONG, o sector privado e a comunidade local;
- Garantir a divulgação nacional da presente Carta através da organização de um fórum nacional sobre a Educação e Formação, campanhas e seminários de informação, etc.;
- Garantir a durabilidade de benefícios das acções levadas a cabo pelo MECF.

⁷ Trata-se de um instrumento de gestão constituído de 4 *índices escolas* assim determinadas: Índice de Dificuldade do Contexto; Índice de Recursos; Índice de Resultados e Índice de Eficiência Resultados/Recursos. Este instrumento ajuda a melhorar o processo da transformação de recursos em resultados para os beneficiários e permite tecer recomendações práticas (Pólo de Dakar).

⁸ A este gabinete cabe a tarefa de informar o grande publico sobre as principais realizações e planos futuros do MECF, com vista a assegurar sua maior compreensão e apropriação, através da produção e difusão de reportagens, debates nas rádios e TV, e promoção de seminários de formação, etc.

4.7.1.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Percentagem de técnicos com competências nas diversas áreas das ciências da educação	10%	70%
Nº de sectores com meios técnicos e materiais suficientes para a materialização das suas atribuições	2	todos
Índice de eficácia interna do sistema (a desenvolver pelo sistema de avaliação a elaborar)	-----	-----
Percentagem de sectores com o levantamento das necessidades de competências realizado	0	100%
Nº de sectores com o sistema de avaliação do desempenho instalado	0	100%
Nº de cursos ministrados nas diversas áreas de gestão	0	30
Nº de quadros formados/capacitados após o diagnóstico		Todos
Nº de instrumentos de gestão em funcionamento	0	4

4.7.2. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

A utilização, cada vez maior, de novas tecnologias de informação e comunicação no ensino, a sua rápida expansão e a sua evolução futura continuarão a revolucionar o sistema educativo a nível mundial. Trata-se aqui de preparar o país para poder beneficiar plenamente dos inúmeros benefícios destas tecnologias. Para tal STP deve enveredar por um ensino de qualidade, capacitando recursos humanos e disponibilizando equipamentos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável desta opção. Reconhece-se tratar de uma escolha que exige investimentos importantes mas à altura dos grandes benefícios esperados a longo prazo. A ambição de projectar STP como país de serviço encontra o seu sustentáculo nesta opção.

4.7.2.1. Objectivo

Utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como instrumento base de desenvolvimento do sistema educativo (válido para todos os ciclos).

4.7.2.2. Estratégias

4.7.2.2.1. Estratégia nº 1: *Adoptar a Tecnologia de Informação e Comunicação como ferramenta estratégica para buscar o alto desempenho do sistema educativo (eficiência, eficácia e inovação)*

4.7.2.2.1.1. Acções Prioritárias

- Elaborar um Plano Tecnológico da Educação, e ampliar e implementar o Projecto “**Escola em Rede**”, o que passa pela:
 - Garantia da energia eléctrica às escolas através, entre outros, de fontes das energias renováveis;

- Apetrechamento, de maneira equitativa e sustentável até 2022, de todas as escolas em TIC de modo a garantir a plena integração dos alunos e professores na sociedade de informação e de conhecimento, e melhorar a aprendizagem e o sucesso escolares;
- Formação do pessoal docente e não docente em TIC e garantia da sua aplicação no processo de ensino/aprendizagem;
- Integração das Tecnologias de Informação nos processos de ensino/aprendizagem;
- Criação de condições para a introdução, até 2015, do curso de informática nos curricula escolar da 9^a a 12^a classe;
- Criação de comunidades virtuais orientadas para o ensino/aprendizagem;
- Implementação do “*Sistema integrado de Gestão Escolar*” como ferramenta de apoio à gestão escolar.

4.7.2.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
% de escolas com acesso as TICs	8%	100%
Nº de professores formados nas TICs	1%	50%
Nº de escolas com acesso ao sistema integrado de gestão escolar	0%	50%

4.7.3. Saúde Escolar

4.7.3.1. Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR), e Higiene Escolar

Tal como o direito à vida, o direito à educação ou o direito à liberdade, investir no direito à SSR deve ser uma prioridade. Ela é, de facto, um pré-requisito para a luta pela erradicação da pobreza, porquanto o seu impacto na economia nacional é forte. Para as Nações Unidas, SSR é “*uma questão de direitos humanos e desenvolvimento sustentado*”.

A abordagem feita da SSR em STP privilegiou, até aqui, as doenças sexualmente transmissíveis, com destaque a VIH/SIDA. Ora, trata-se de um tema com contornos relativamente abrangentes que vão desde *o estado de bem-estar físico, mental e social relacionados ao sistema reprodutivo*, passando pela liberdade e habilidade de um indivíduo para *desfrutar e expressar sua sexualidade livre de imposições, violência e sem riscos de doenças sexualmente transmissíveis ou gestações não desejadas*, até a liberdade de decidirem sobre *a procriação se, quando e em que frequência desejam fazê-la*.

Referente a higiene escolar e corporal, trata-se de inculcar nas crianças e jovens noções básicas de higiene e sua consequência para a nossa saúde. Manter limpo os recintos escolares e o próprio corpo contribui para travar o desenvolvimento da malária e das demais enfermidades.

Nesta perspectiva, compete ao sector da educação contribuir na transmissão de conhecimentos e informações, e servir como vector nas campanhas de IEC por lidar com quase todas as franjas da sociedade. Em relação ao VIH/SIDA, em especial, a educação pode desempenhar um papel importante na contenção da sua propagação, na medida em que a educação favorece a adopção de comportamentos responsáveis e de práticas de vida sãs, torna as mulheres menos vulneráveis. Assim, os objectivos e as opções estratégicas a seguir prescritos visam inculcar nos jovens este direito tão fundamental que é exercer um controlo sobre o seu próprio corpo.

4.7.3.2. Objectivos

Propiciar, aos jovens, conhecimentos e informações sólidos, susceptíveis de provocar mudanças de atitude e de comportamento em relação à SSR e higiene em geral, e ao VIH/SIDA, em particular.

4.7.3.3. Estratégias

4.7.3.3.1. Estratégia nº 1: *Garantir que as escolas ofereçam um pacote integrado de conhecimento sobre SSR e higiene em geral, e sirvam como vector de uma estratégia de luta contra VIH/SIDA e outras endemias*

4.7.3.3.1.1. Acções Prioritárias

- Introduzir conteúdos de SSR e higiene nos programas escolares do ensino básico e secundário;
- Dinamizar campanhas de EIC através de escolas e Clubes de Jovens;
- Promover seminários, conferências, debates juvenis e outras formas de manifestações culturais alusivos ao tema;
- Dispensar cursos de curta duração sobre SSR destinados aos professores e constituir um corpo de agentes nas escolas, de luta contra as doenças sexualmente transmissíveis;
- Promover campanhas regulares de limpeza geral aos recintos escolares;
- Garantir a máxima *esperança de vida escolar* possível das raparigas, com vista a uma maior protecção contra um certo número de riscos;
- Criar e equipar Centros de Escuta e Aconselhamento sobre SSR destinados aos jovens.

4.7.3.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Nº de escolas com centros “amigos dos jovens”	4	40
Nº de centros de SSR criados	0	6
Nº de conteúdos de SSR inseridos nos programas dos ensinos básico e secundário	2	4

% de alunos com informação relativa a Saúde Sexual e Reprodutiva	15%	100%
Programas das disciplinas dos ensinos básicos e secundário incorporando as diversas dimensões de SSR	1	todas

4.7.4. A Escola e a Identidade cultural Santomense

A República Democrática de São Tomé e Príncipe possui um património histórico e cultural rico e diversificado que necessita ser conhecido, preservado e valorizado. Os factores histórico, político e cultural, tais como: o surgimento de STP como território; a história e a dinâmica do seu povoamento; a natureza e o carácter do seu nacionalismo e da luta anti-colonial que o conduziu à soberania nacional; e, a sua característica e localização geográficas conferem ao país o carácter singular que lhe é conhecido. A relação e a dinâmica interna destes factores condicionaram e continuarão a condicionar a evolução de STP. Compete ao sector educativo contribuir para o melhor conhecimento e valorização deste rico e singular património histórico e cultural.

4.7.4.1. Objectivos

Preservar, através da escola, a identidade cultural Santomense e contribuir para a sua melhor inserção no mundo exterior.

4.7.4.2. Estratégias

4.7.4.2.1. Estratégia nº 1: *Valorizar o património cultural santomense através da escola*

4.7.4.2.1.1. Acções Prioritárias

- Promover o ensino e a investigação orientados para o conhecimento, a divulgação e a valorização do importante património histórico e cultural Santomense, o que passa pela:
 - Escolha e inserção da aprendizagem de línguas nacionais no currículo de ensino básico ;
 - Promoção, nas escolas, de concursos de carácter cultural, nomeadamente contos, poesia, canto, danças tradicionais, culinária;
 - Desenvolvimento do ensino da historia nacional;
 - Garantia do acesso das crianças e jovens à educação artística;
 - Promoção de visitas de estudo aos sítios históricos;
 - Promoção, nas escolas, de palestras e debates de carácter educativo e informativo sobre os diferentes aspectos do património histórico e cultural Santomense;
 - Dinamização do projecto “Escola Museu e Museu Escola”.

4.7.4.3. Indicadores de desempenho e metas mensuráveis susceptíveis de medir os progressos

Indicadores	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Nº de línguas introduzidas e ensinadas	0	1
Nº de concursos culturais realizado	0	Todas as escolas
Nº de visitas de estudo realizadas	0	50% de escolas
Nº de escolas que realizaram concursos	0	Todas as escolas
Nº de palestras realizadas	0	50
Disciplinas (no ensino básico e secundário) incorporando as diversas dimensões da cultura	0	A decidir após um estudo

4.8. Quadro síntese da Carta

Indicadores	Pré-escolar		Ensino Básico		E. Secundário		Ensino Superior	
	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022	Situação em 2012	Metas fixadas para 2022
Numero total alunos	8.591 (0-5 anos)	15.799 (projecção)	35.250	29.640 (projecção)	11.618	26.454 (projecção)	1.570	4.619 (proj.)
T. L. de Escolarização (3-5 anos)	56,6	100	-----	-----	-----	-----	-----	-----
T. B. de Esc. (1ª a 6ª)	-----	-----	135	100%	-----	-----	-----	-----
T. L. de Esc. (1ª a 6ª)	-----	-----	94,9	100%	-----	-----	-----	-----
T. B. Esc. 1º ciclo Ensino Sec.	-----	-----	-----	-----	83%	115	-----	-----
T. B. Esc. 2º ciclo Ensino Sec.	-----	-----	-----	-----	18,4%	70 a 80	-----	-----
T. L. Esc. 1ª ciclo Ensino Sec.	-----	-----	-----	-----	66%	80 a 90	-----	-----
T. L. Esc. 2º ciclo do En. Sec.	-----	-----	-----	-----	15%	75 a 85	-----	-----
Taxa de admissão ou acesso na 1ª, 7ª, 9ª, 10ª e 11ª	-----	-----	113% (na 1ª)	100%	84 (na 7ª), 45 (na 9ª), 17,6 (na 10ª) e 12,3 (na 11ª)	96	-----	-----
T. Adm. de crianças com NNE	0	50%	0	65%	0	70%	-----	-----
Taxa de transição Básico-Secundário e Sec-Superior	-----	-----	-----	97	39 (9ª para 10ª)	-----	50%	85%
Taxa de repetência	-----	-----	12,4	6%	21,9	13	-----	-----
Taxa de abandono	-----	-----	1	0	24	5	-----	-----
Taxa de sobrevivência	-----	-----	107 (1ª a 4ª), 116 (1ª a 6ª classe)	100	79 (7ª a 9ª) 69,7 (10ª a 12ª)	95 a 100	-----	-----
Rácio criança/educador e auxiliar	23	20	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Rácio alunos/professor	-----	-----	36	30	53	30	35	25
Rácio aluno/sala	50,5	30	79	30	80	35	25/30	15/20
% Educadores formados	38	80	-----	-----	-----	-----	-----	-----
% de educadores especializados em NEE	0	50	0	50	0	50	-----	-----
Numero de docentes existentes e necessidade de novos docentes	348	+301	1.037	+283	440	+786	28	nd
% de docentes formados e efectivos	-----	-----	42,5	100	40	80 a 90	20	80%
Nº de salas existentes e necessidade de novas salas	170	+171	442	+39	145	+228	17	Uma Universidade
% de infra-estruturas adaptadas para as crianças com NEE	0	25%	0	20%	0,8%	20%	0	50
Nº de distritos com ensino secundário completo	-----	-----	-----	-----	1+ R. A. Príncipe	Todos distritos	-----	-----
Taxa de absorção dos diplomados (En. sup.) no mercado de trabalho nas suas áreas de formação	-----	-----	-----	-----	-----	-----	80	100%
Nº de cursos oferecidos no Ensino Superior	-----	-----	-----	-----	-----	-----	20	30
Taxa de mestres formados no país	-----	-----	-----	-----	-----	-----	70	200
Total Dr. formados no país	-----	-----	-----	-----	-----	-----	10	80

CAPÍTULO V

QUADRO ORGANIZACIONAL DE GESTÃO DA CARTA

V: QUADRO ORGANIZACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO, SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO DA CARTA

Cabe ao MECF a tarefa de execução do programa, na qualidade de autoridade máxima responsável pela definição das grandes orientações estratégicas do sector da educação, sua coordenação, planificação, seguimento e avaliação.

O quadro institucional de implementação a seguir proposto se pretende simplificado, funcional e eficiente. Ele é composto de apenas duas estruturas e apresenta a dupla vantagem de caucionar, por um lado, o aspecto político de uma gestão susceptível de facilitar a tomada de decisão e, por outro, o aspecto técnico, caracterizado por um certo espírito de independência com relação ao poder político e preocupado prioritariamente com o cumprimento estrito da missão. Assim, será instituído um Comité de Coordenação da Carta ao qual compete velar pela implementação, seguimento e avaliação das orientações políticas e estratégicas da Carta e proceder à sua revisão em caso de necessidade. Este Comité servirá ainda de caução política e moral à Carta. A gestão pedagógica e de recursos estará a cargo de um Comité Técnico de Gestão.

5.1. Comité de Coordenação da Carta

Compete ao Comité de Coordenação:

- Dar orientações políticas e estratégicas gerais da Carta e velar pelo seu integral cumprimento;
- Aprovar planos de acções e respectivos orçamentos anuais, relatórios financeiros trimestrais submetidos pelo Comité Técnico de Gestão;
- Velar pelo cumprimento de Planos de Acção Anual a cargo das diferentes estruturas de execução;
- Garantir o seguimento e a consolidação de relações com os parceiros do programa.

Integram o Comité de Coordenação:

- Directores, Directores Gerais e Regionais do MECF;
- Representante do Gabinete do Ministro;
- Director da entidade encarregue da Formação Técnico-Profissional;
- Director Geral do Orçamento
- Director Geral do Plano;
- Director do Comité Técnico de Gestão
- Representantes da sociedade civil;
- Representantes de sindicatos;
- Representantes de associação de país e encarregados de educação;
- Representantes de alunos;
- Representante dos parceiros internacionais.

O Comité de Coordenação da Carta é presidido pelo Ministro da educação, Cultura e Formação. O Secretariado técnico do Comité será assegurado pelo Comité Técnico de Gestão.

5.2. Comité Técnico de Gestão

Sob orientação e caução do Comité de Coordenação, compete ao Comité Técnico a gestão pedagógica e dos recursos financeiros e materiais da Carta, mais concretamente:

- Elaborar a proposta do orçamento anual e trienal da Carta em função dos seus objectivos estratégicos, das orientações orçamentais do governo e do nível de engajamento dos parceiros;
- Elaborar as proposta de planos de Acção Anual e orçamentos das diferentes componentes da Carta;
- Preparar as sessões do Comité de Coordenação da Carta;
- Executar a contabilidade financeira da Carta em conformidade com as normas e os princípios contabilísticos internacionalmente reconhecidos;
- Garantir que os desembolsos sejam realizados em conformidade com as normas e exigências dos parceiros da Carta;
- Garantir às diferentes estruturas de execução apoios necessários à execução das suas actividades, através de consultorias, informação e formação;
- Velar pela coerência objectivos/desembolsos solicitados pelas diferentes estruturas de execução e garantir o seguimento regular dos pagamentos efectuados;
- Garantir a celeridade de desembolso dos fundos;
- Elaborar e apresentar relatórios financeiros trimestrais ao Comité de Coordenação;
- Facilitar, recepcionar e apresentar ao Comité de Coordenação da Carta relatórios de auditorias;
- Gerir racionalmente os recursos materiais afectos à Carta;

O Comité Técnico é responsável perante o Comité de Coordenação.

No desempenho das suas funções, o Comité Técnico pode recorrer aos serviços de consultores nacionais e internacionais.

O Comité Técnico é dirigido por um Coordenador Geral e um Director pedagógico, ambos contratos na base de concurso público. A actual AFAP, pela experiência e competência reveladas poderia desempenhar esta função, necessitando, porém, reforçar as suas capacidades e incluir no seu seio um representante do Comité de Coordenação e um representante do DPIE.

Será elaborado um regimento interno para cada uma das estruturas aqui apresentadas.

CAPÍTULO VI

NOTA FINAL

VI: CONCLUSÃO

O desenvolvimento do capital humano através da melhoria quantitativa e qualitativa do ensino a todos os níveis é, para o Banco Mundial, a prioridade para o continente africano. Para a República Democrática de São Tomé e Príncipe, em particular, e tendo em conta a sua localização geopolítica no golfe da Guiné, o seu tamanho relativamente pequeno e as potencialidades económicas que oferecem o seu solo e subsolo, apostar na educação é incontestavelmente a melhor via para valorizar os recursos naturais disponíveis e, seguramente, alcançar os melhores níveis do desenvolvimento desejado. Ademais, o actual contexto geral do país e o balanço feito de desempenho do sistema educativo santomense são globalmente favoráveis.

Na verdade, e do ponto de vista demográfico, o país encontra-se actualmente em plena transição demográfica, registando uma baixa progressiva das taxas de fecundidade e natalidade. Pela primeira vez, o crescimento da riqueza nacional é bem superior ao crescimento da população. Uma situação bastante favorável ao desenvolvimento da educação na medida em que irá diminuir a pressão demográfica que pesaria sobre o sistema, por um lado, e libertar mais recursos para financiar a educação, por outro.

No domínio político-económico o sector educativo beneficia de um certo consenso da classe política Santomense quanto ao seu papel relevante no processo do desenvolvimento económico. A Educação é a primeira prioridade orçamental do governo que consagra cerca de 40% das suas receitas correntes ao sector.

No plano da comunidade de doadores externos, STP beneficia de uma parceria diversificada, e conseguiu mobilizar, nos últimos anos, fundos necessários ao financiamento do ensino básico, apesar do contexto da crise internacional pouco favorável.

Tais elementos do contexto, relativamente favoráveis, não devem esconder uma situação social ainda precária, caracterizada pela pobreza generalizada que atinge uma faixa importante da população santomense (66,2%), com particular atenção à situação de malnutrição crónica que afecta 1/3 das crianças menores de 5 anos.

Relativamente ao desempenho do sistema educativo santomense registaram-se progressos importantes, nos últimos anos, nos domínios do acesso ao ensino básico e da paridade raparigas e rapazes. São Tomé e Príncipe atingiu desde 2011 a escolarização universal de 6 anos. Entretanto, existem ainda importantes desafios por vencer, nomeadamente:

- desafio da qualidade e da eficiência do sistema educativo;
- desafio de capacitação do corpo docente;
- desafio da gestão administrativa e pedagógica do sistema, e enfim;
- desafio de desenvolver e articular o ensino superior, técnico-profissional e secundário com o sistema económico santomense.

Cientes desta situação, as autoridades santomenses elaboraram a presente Carta assente numa visão de médio e longo prazo e devidamente validada através de um

processo participativo e inclusivo. É obvio que, em virtude das fraquezas estruturais do país, o sucesso de um tal empreendimento depende não apenas da vontade política interna mas sobretudo do apoio que o país poderá mobilizar junto dos seus parceiros externos.

STP tem vindo a investir significativamente para o desenvolvimento da educação e espera que este seu esforço mereça o devido reconhecimento, interesse, e apoio necessário dos seus parceiros. Entretanto, as autoridades engajarão todos os seus esforços para garantir o sucesso da implementação da Carta, assinando, nomeadamente, um *Pacto de Governação* que fará da presente Carta uma fonte de inspiração para a elaboração dos futuros programas de governo para o sector da educação nos próximos dez anos, a fim de garantir a constituição de um capital humano de qualidade, chave de um desenvolvimento económico sustentado e alívio da pobreza.

BIBLIOGRAFIA

- IMBALI Faustino & NETO Alberto, *Relatório da Avaliação a meio Termo da Estratégia Nacional para a Educação e a Formação*, Ministério da Educação, Cultura e Formação, Junho 2011
- Pôle de Dakar UNESCO-BREDA, RESEN, *Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional de STP*, Abril 2012, Versão provisória.
- Pôle de Dakar UNESCO-BREDA, RESEN, *Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional de Cabo Verde*, Dezembro 2010, Versão provisória.
- Pôle de Dakar UNESCO-BREDA, RESEN, *Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional da Guiné-Bissau*, Versão não publicada.
- Perfil de la Pauvreté à São Tomé et Príncipe, version de décembre 2011.
- MECF, *Boletim Estatístico 2010: População escolar, Agentes docentes e não docentes, Equipamento e Espaço físico*. DPIE, STP, Abril 2010.
- MECF, *Plano Estratégico MECF 2010-2014*.
- M.E.C.J.D., *Proposta do Plano Estratégico para o Melhoramento da Pré-escolar*, Fevereiro, 2007
- Ministério da Educação e Cultura, *Lei nº 2/2003: Lei de Bases do Sistema Educativo*, 1ª ed. Março 2010.
- Inês Sim-Sim, *Estratégia Nacional para a Educação Especial*, Maio de 2010
- Ministério de Plano e Finanças, *Relatório de implementação da Estratégia Nacional para a Redução de Pobreza*, STP, 2007.
- MECF, *Profissionais Docentes em STP: Básico e Secundário*, 2008.